

KATE CONSTANTINO OLIVEIRA

DE LÍNGUA DA CORTE A MATÉRIA DE ESTUDO

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO
ENSINO DE FRANCÊS NO BRASIL

PREFÁCIO
ROGER CHARTIER

THEYA



Criação Editora

CONSELHO EDITORIAL

THEYA

Amon Santos Pinho (UFU)
Ana Lúcia Simões Borges Fonseca (UFS)
Antônio Carlos dos Santos (UFS)
Antonio Ponciano Bezerra (UFS)
Christine Vogel (Universidade de Vechta, Alemanha)
Cristiana Lucas Silva (Universidade de Lisboa)
Edmilson Menezes Santos (UFS)
Edna Maria Matos Antonio (UFS)
Elaine Maria Santos (UFS)
Jean Pierre Chauvin (USP)
Joana Balsa de Pinho (Universidade de Lisboa)
Joaquim Tavares da Conceição (UFS)
Jorge Carvalho do Nascimento (UFS)
José Carlos de Araújo Silva (Universidade do Estado da Bahia)
José Eduardo Franco (Cátedra de Estudos Globais / Universidade Aberta)
Luiz Carlos Villalta (UFMG)
Luiz Eduardo Meneses de Oliveira (UFS)
Mar Garcia (Universidade de Alicante, Espanha)
Marcos Fonseca Ribeiro Balieiro (UFS)
Maria de Nazaré Sarges Nazaré (UFPA)
Pablo Antonio Iglesias Magalhães (Universidade Federal do Oeste da Bahia)
Paula Carreira (Universidade de Lisboa)
Raquel Beatriz Junqueira Guimarães (PUC-RIO)
Ricardo Ventura (Universidade de Lisboa)
Rita Aparecida Coelho Santos (UNEB)
Rodrigo Belfort Gomes (UFS)
Sandro Marcío Drumond Alves Marengo (UFS)
Susana Alves-Jesus (Universidade de Lisboa)
Thadeu Vinícius Souza Teles (UFS)
Vera Lúcia Amaral Ferlini (USP)
Vera Maria dos Santos (Universidade Tiradentes)

CRIAÇÃO EDITORA

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

KATE CONSTANTINO OLIVEIRA

DE LÍNGUA DA CORTE A MATÉRIA DE ESTUDO

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO
ENSINO DE FRANCÊS NO BRASIL

PREFÁCIO
ROGER CHARTIER

THEYA



Criação Editora

Aracaju | 2024

Copyright 2024 by Kate Constantino Oliveira

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da
Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

O48l Oliveira, Kate Constantino
Delíngua da corte a matéria de estudo: a institucionalização
do ensino de francês no Brasil / Kate Constantino Oliveira;
Prefácio de Roger Chartier. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação
Editora, 2024.
E-book. Inclui Bibliografia
124 p.; figs.
ISBN: 978-85-8413-488-5

1. Língua Francesa. 2. Institucionalização. 3. Ensino de
Francês. 4. Brasil Colonial. I. Título. II. Assunto. III. Autor.

CDD 981.440
CDU 94(81).811.133.1

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. História do Brasil; Língua francesa.
2. História do Brasil; Idioma francês.

Para Eduardo,
com todo meu amor e gratidão.



PREFÁCIO

ROGER CHARTIER



ENTRE CORTE E ESTUDO

Nos séculos XIX e XX, a presença da língua francesa e dos franceses no Brasil é bem conhecida. Era o tempo das “missões” francesas como recorda com ironia Fernando Novais: “A palavra *missão*, que era oficial, é muito significativa. A primeira missão francesa que chegou ao Brasil foi a artística, com Dom João VI. A segunda, na Primeira República, tinha como objetivo instruir os oficiais do Exército. A terceira foi a dos docentes que vieram auxiliar na estruturação da USP e da Faculdade de Filosofia. A palavra *missão*, evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deviam ser catequizados”.¹ Além das “missões”, a referência francesa era onipresente, com a importação dos livros, a imitação das modas, a presença dos artistas.²

O ensaio de Kate Constantino Oliveira enfatiza uma presença anterior do francês, nos começos do século XIX, quando a língua aparece como um veículo essencial dos conhecimentos científicos e técnicos. Na herança do Iluminismo, ou melhor, da monarquia, o francês era não só a língua das cortes ou da diplomacia, senão também a língua da formação militar,

¹ Fernando Novais, “Braudel e a ‘missão francesa’”, *Estudos Avançados*, Volume 8, n° 22, 1994, pp. 161-166.

² *Conexões. Circulação transatlântica dos impressos*, Marcia Abreu e Marisa Midori Deaecto (org.), Campinas, UNICAMP / IEL, 2014, e *The Cultural Revolution of the Nineteenth-Century. Theatre, the Book-Trade and Reading in the Transatlantic World*, Marcia Abreu e Ana Cláudia Suriani da Silva, (org.), Londres, I. B. Tauris, 2015.

como o mostra o currículo da Academia Real Militar estabelecida no Rio de Janeiro em 1810.

O ensaio indica as várias formas da presença do francês tal como se pode averiguar nas coleções das bibliotecas, com as aquisições de obras publicadas na França, as traduções de livros franceses e os métodos para ensinar a língua, publicados no século XVIII e todavia utilizados nos começos do século XIX. O livro de Luiz Caetano de Lima é particularmente interessante. Publicado em 1700, reeditado em 1733 e 1756, se apresenta como uma *Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender o Francez Por Meyo da Lingua Portugueza*. No Prólogo, Luiz Caetano de Lima associa sua experiência da corte francesa com o papel do francês como língua universal de comunicação: “Esta Grammatica Franceza, e Portugueza te ofereço, benevolo Leitor, quase vinte anos de estudo; pois que a pesar de outras occupações mayores, não larguei nunca de todo este trabalho. Huma grande parte deste tempo assisti na Côrte de Pariz, fazendo reflexão assim na escolha das palavras, como na verdadeira pronúncia das letras; e a outra parte supposto que vivi em Inglaterra, e em Holanda, foi falando quase sempre Francez, escrevendo Cartas, Memorias, e outros papeis na mesma língua”. Nesse caso, o francês se vincula com a sociedade da corte e a correspondência aristocrática.

No mesmo ano de 1756, outro compêndio, *Novo E Facilimo Methodo de Grammatica Franceza, e Portugueza [...] Ordenado por Hum Genio Amante, dos progressos dos Estudiosos deste Idioma*, enfatizava a segunda razão para aprender francês. Não se trata mais da imitação das práticas da corte, senão a difusão dos saberes: “Fico esperando, que te appliques a tua lição com aquelle cuidado, e deligencia, que se precisa

para formar hum homem util ao Rey, e ao Estado por meyo da língoa Franceza, a qual he geralmente reconhecida em toda a Europa por thesouro, em que se achão depositadas as riquezas de toda erudição”. O francês é assim considerado como a língua de comunicação privilegiada para a transmissão dos conhecimentos úteis para a sociedade e a humanidade.

O breve ensaio de Kate Constantino Oliveira apresenta com vivacidade um Brasil em francês que merece reconhecimento entre a França Antártica de Jean de Léry, ou a França Equinocial do Capuchinos do Maranhão, e o Brasil parisiense de Machado de Assis.

Paris, 18 de agosto de 2023

Roger Chartier

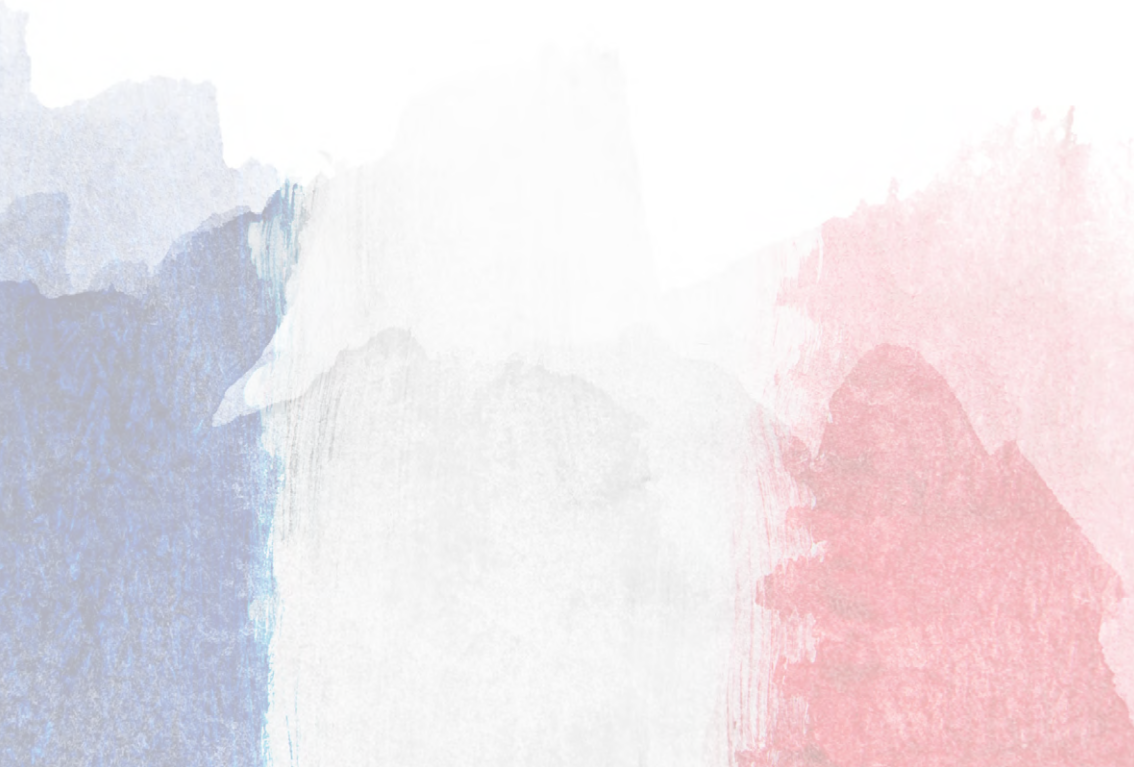
é historiador e professor do *Collège de France*



Sumário

Prefácio	7
Nota de Introdução	13
O francês como língua universal	15
A língua francesa no Brasil colonial	23
Os franceses no Brasil: um breve capítulo de nossa colonização	25
A língua francesa como matéria de estudo	32
A Língua Francesa nos Projetos de Instrução Militar na França, em Portugal e no Brasil	37
As línguas estrangeiras na Escola Real Militar de Paris	39
O modelo francês do Colégio Real dos Nobres de Lisboa	47
A Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a língua francesa	58
O ensino de francês no Brasil colonial: o caso da Academia Real Militar do Rio de Janeiro	65
A Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810	67
Os compêndios em língua francesa	82
Os compêndios de francês e seus conteúdos de estudo	87
Algumas palavras sobre o tema	111
Referências	117

NOTA DE
INTRODUÇÃO



○ FRANCÊS COMO LÍNGUA UNIVERSAL

Estudiosos e curiosos da França encontrarão nas páginas que seguem as cenas iniciais de uma história da língua francesa no Brasil. Uma língua estrangeira entendida como uma espécie de habilidade elementar dos instruídos e que rapidamente configurou-se como matéria de ensino, como importante política do Estado português na América. Essa história é sobre o processo de institucionalização do ensino da língua francesa no território de um Brasil ainda Portugal.

Vamos começar essa narrativa situando nosso leitor no tempo e no espaço em que este fenômeno aconteceu, voltando sua atenção principal para o distante século XIX. Nas primeiras décadas dos anos de 1800, na então colônia portuguesa na América, a tropical cidade do Rio de Janeiro, assim como os demais centros ocidentais, respirava os ares das “luzes” de Paris.

[...] uma preferência por modelos franceses em todas as esferas da vida brasileira vinha crescendo constantemente desde fins do século XVIII. A teoria e a prática políticas eram dominadas por influências francesas: a arte estava sendo confiada deliberadamente a professores franceses (especialmente aqueles ligados à missão artística de 1816); a literatura brasileira era quase inteiramente inspirada na francesa; mesmo os costumes sociais extremamente conservadores do país estavam sendo lentamente transformados pela admissão gene-

realizada de que a França era a única nação civilizada no mundo ocidental (HALLEWELL, 2005, p. 146).

Parece consenso para nossa historiografia tomar a França e os seus *philosophes* como protagonistas no desenvolvimento e divulgação dos ideais de modernidade proclamados pelo movimento Iluminista no ocidente. Devo admitir que não busco contestar essa devoção intelectual à tradição francesa, o que não nos impede de investigar as especificidades deste movimento no território da então América portuguesa. Neste contexto, a língua é argumento político na construção da ideia de nação. E na atividade de afirmação dessas línguas, no processo de ascensão dos vernáculos no território europeu, algumas acabaram ganhando *status* de importância, como foi o caso da língua francesa.

Pode-se imaginar que, diante da diferença linguística, os homens sempre tendem a rir dos hábitos do outro, a considerar sua língua a mais bela, a mais eficiente, a mais precisa, enfim, a converter a diferença da outra (porque é claro que é sempre o outro que é diferente) em inferioridade¹ (CALVET, 1999, p. 63, tradução livre).

Este comportamento diante do outro, esta ação quase “natural” entre os povos de comparar as línguas não é nenhuma novidade. No caso da língua francesa, já em 1539, o então rei do território francês, François I (1515-1547), percebeu a pos-

¹ Texto original: “On peut imaginer que, confrontés à la différence linguistique, les hommes ont toujours une tendance à rire des habitudes de l’autre, à considérer leur langue comme la plus belle, la plus efficace, la plus précise, bref à convertir la différence de l’autre (car c’est bien entendu toujours l’autre qui est différent) en infériorité.” (CALVET, 1999, p. 63).

sibilidade de uso político da língua com a ordem de *Villers-Cotterets*, o mais antigo texto legislativo ainda em vigor na França. Nos artigos 110 e 111 deste documento foram, por exemplo, definidos os usos da língua francesa em atos oficiais até hoje nunca alterados. (CALVET, 1999, p. 70). Como sabemos, a história da França no Brasil tem um enredo de muitas páginas, mas pouco sabemos a respeito de aspectos dessa relação a nível de política linguística, de uma história do ensino da língua francesa no Brasil. E contar um pouco a nossa história linguística é narrar um dos aspectos da história do mundo, como afirma Calvet (1999).

Ao menos no velho mundo europeu, sabemos que pelas diferenças formais grupos linguísticos foram organizados e as línguas, cientificamente gramatizadas² e culturalmente literarizadas, foram tomadas como importante argumento na configuração dos espaços físicos em distintas nações. Portugal, por exemplo, produziu em seu épico *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, publicado no ano de 1572, o mito de uma identidade nacional portuguesa, assim como a Inglaterra criou a sua grande epopeia nacional com a *Rainha Encantada*, publicada entre os anos de 1590 e 1596, de autoria do poeta Edmund Spenser. (OLIVEIRA, 2014a). Na França, temos o episódio dos *Serments de Strasbourg*, do ano de 842, como “[...] a primeira vez que o argumento linguístico é invocado para definir o Estado”³. (CALVET, 1999, p. 92, tradução livre).

² O conceito de gramatização é apresentado por Auroux como sendo o “processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.” (AUROUX, 1992, p. 65).

³ Texto original: “[...] la première fois que l’argument linguistique est invoqué pour définir l’État.” (CALVET, 1999, p. 92).

Lord Clarendon (1609-1654), Primeiro Ministro (*Lord Chancellor*) de Carlos II de 1660 a 1667, afirmava que havia dois motivos importantes para se aprender francês: 1) os franceses não tinham a intenção de aprender Inglês, 2) era uma grande desonra para a corte quando embaixadores e príncipes estrangeiros visitavam o país e ninguém sabia como comunicar com eles (OLIVEIRA, 2014, p. 142).

Nenhuma corte europeia passou ileso pelo “francesismo” e muito menos Portugal e suas colônias, sobretudo nós, a América portuguesa. Admirada por aliados e inimigos, a França tornou-se, como coloca Paul Hazard (1971), “uma pessoa moral”. Assim, saber a língua francesa significava na Europa e em seus domínios uma marca de pertencimento, de distinção social, sobretudo pelo movimento diplomático e científico que realizava nos setecentos.

Montesquieu, após uma viagem à Viena em 1728, observa que “*nossa língua é universal lá*”; Maupertuis afirmou em 1751 que ela é “*a língua universal da Europa*”; a edição de 1762 do dicionário da Academia apresenta-a “*quase tão necessária para os estrangeiros quanto sua língua natural*”; Voltaire, no *Século de Luís XIV*, especifica que nossa língua “*se tornou a língua da Europa*”, e a própria *Enciclopédia*, com o artigo “Língua”, indica que “*já tem os votos de todas as cortes onde é falada quase como em Versalhes*”⁴ (CALVET, 1999, p. 71, tradução livre, grifo do autor).

⁴ Texto original: “Montesquieu, après un voyage à Vienne en 1728, note que ‘notre langue y est universelle’; Maupertuis affirme en 1751 qu’elle est ‘la langue universelle de l’Europe’; l’édition de 1762 du dictionnaire de l’Académie la présente comme ‘presque aussi nécessaire aux Étrangers que leur langue naturelle’; Voltaire, dans son *Siècle de Louis XIV*, précise que notre langue ‘est devenue la langue de l’Europe’, et l’*Encyclopédie* elle-même, à l’article ‘Langue’, indique qu’elle a déjà les suffrages de toutes les cours où on la parle presque comme à Versailles.” (CALVET, 1999, p. 71).

Neste momento da história ocidental, a língua francesa é símbolo de uma Europa que se entendia universal. E sobre esta universalidade, em 1782, a Academia de Berlim escolheu como assunto de seu concurso o seguinte tema: “O que fez do francês a língua universal da Europa? Onde ela merece essa prerrogativa? Podemos presumir que ela a guarda?”⁵ (BRUNOT, 1935, p. 912, tradução livre). Concorreram 22 (vinte e dois) textos, dos quais, 16 (dezesesseis) memórias manuscritas foram analisadas por Ferdinand Brunot na obra *Histoire de la langue française* (1935).

Para explicar a universalidade da língua francesa, razões múltiplas e diversas foram elencadas como, por exemplo, as circunstâncias políticas da França, em particular o próspero reinado de Luís XIV; o papel dos viajantes franceses que partiram em missões para o estrangeiro, inclusive para o Brasil; até a circulação da literatura francesa como porta-voz do que se entendia por cultura. Mas quando os motivos desta universalidade são apresentados nos aspectos formais da língua, é central o papel da Academia Francesa na garantia do rigor da norma. Neste concurso de 1782, foram premiados dois textos: um escrito em alemão, de Jean-Christ Schwab (1773-1821), e outro escrito em francês, de Antoine Rivarol (1753-1801), este último, recorrendo ao argumento de que a ordem lógica da sintaxe francesa se mostrava superior à ordem dos sentidos.

O francês, por um privilégio único, permaneceu fiel à ordem direta ... a sintaxe francesa é incorruptível. É daí que resulta esta admirável clareza, base eterna da

⁵ Texto original: “Qu’est-ce qui a fait la langue française la langue universelle de l’Europe? Par où mérite-t-elle cette prérogative? Peut-on présumer qu’elle la conserve?” (BRUNOT, 1935, p. 912).

nossa linguagem. O que não está claro não é francês⁶ (Manuscrito de Rivarol, apud CALVET, 1999, p. 74, tradução livre).

É inegável que a cultura estrangeira com maior representação em Portugal desde a Idade Média⁷ foi a francesa. Sabemos que esse sentimento de pertença e, portanto, de identificação e simpatia com o outro hierarquicamente superior foi o argumento para a implantação de uma política linguística autoconsciente. Dentro dos limites possíveis pela gramática e pelos estudos linguísticos, esses vernáculos foram “montados”, fixados na escrita e disseminados através do mercado de livros, pois “O que inventa o nacionalismo é a língua impressa, e não *uma* língua particular em si”. (ANDERSON, 2008, p. 190).

[...] o francês, quer dizer, uma língua que era vista como mera corruptela do latim, levou muitos séculos para se alçar até a dignidade literária, só se tornou a língua oficial dos tribunais em 1539, quando Francisco I lançou o Edito de Villers-Cotterêts. Em outros reinos dinásticos, o latim sobreviveu por muito tempo - sob os Habsburgo, até anos bem avançados do século XIX. Em outros ainda, os vernáculos “estrangeiros” acabaram prevalecendo: no século XVIII, as línguas da corte Romanov eram o francês e o alemão (ANDERSON, 2008, p. 77).

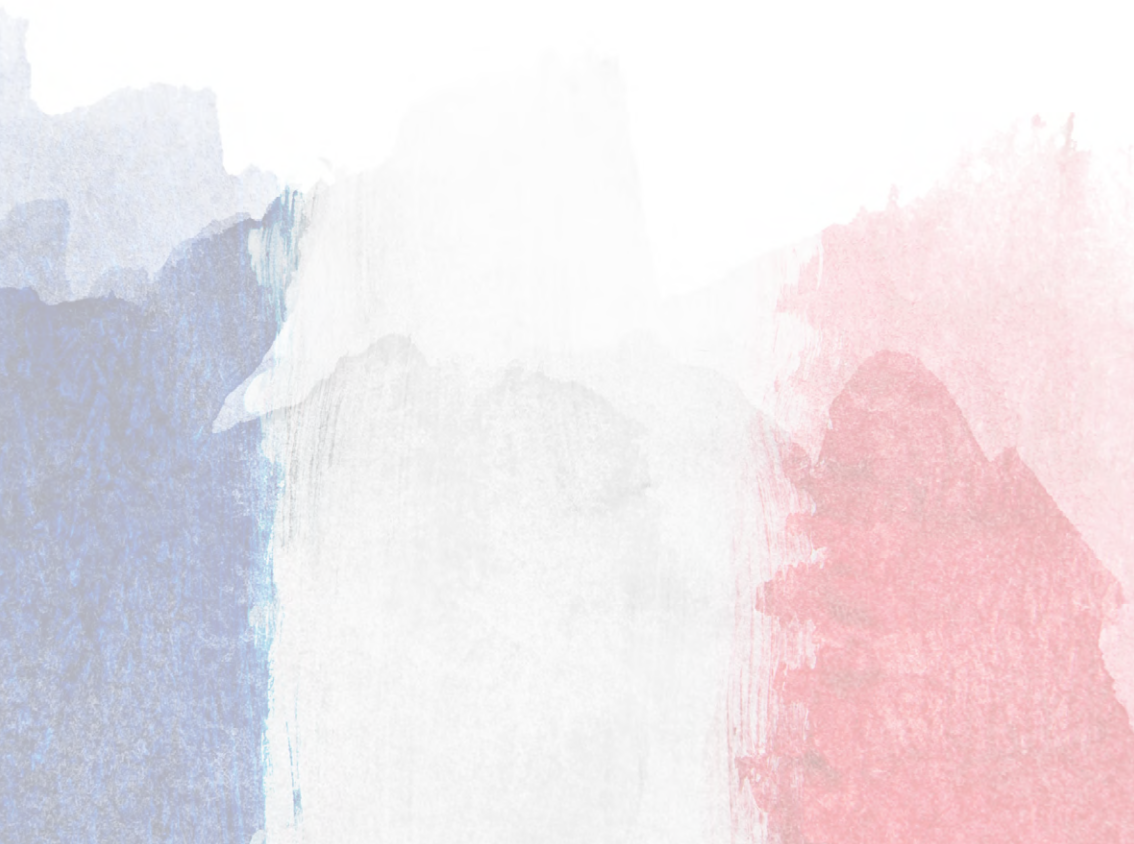
⁶ Texto original: “Le français, par un privilège unique, est seul resté fidèle à l’ordre direct... la syntaxe française est incorruptible. C’est de là que résulte cette admirable clarté, base éternelle de notre langue. Ce qui n’est pas clair n’est pas français.” (Manuscrito de Rivarol, apud CALVET, 1999, p. 74).

⁷ Sobre o assunto ver MACHADO, Álvaro Manuel de. **O “francesismo” na literatura portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da educação, 1984.

Do uso prático nas cortes da Europa e por isso mesmo, sinônimo de distinção social, à sua configuração como matéria de ensino, a língua francesa foi assunto de interesse de intelectuais e políticos. Esse processo de oficialização, ou seja, de institucionalização da língua francesa como componente formativo no território do Brasil é o tema central deste livro, resultado de minha primeira atividade de investigação quando aluna do curso de mestrado⁸ em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, no nordeste brasileiro, entre março de 2014 e março de 2016.

⁸ A dissertação de título **A institucionalização do ensino de francês no Brasil: o caso da Academia Real Militar do Rio de Janeiro (1810-1832)** investigou o processo de institucionalização do ensino de francês no Brasil delineando suas representações e finalidades políticas, pedagógicas e culturais no início do século XIX. O estudo foi orientado pela professora doutora Simone Amorim e recebeu financiamento público da CAPES/FAPITEC entre os anos de 2014 e 2016. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/2562> . Acesso em: 20 jan. 2023.

A LÍNGUA FRANCESA
NO BRASIL COLONIAL





OS FRANCESES NO BRASIL: UM BREVE CAPÍTULO DE NOSSA COLONIZAÇÃO

A presença francesa nos trópicos merece um capítulo à parte, sobretudo “a influência de técnicos franceses, pequenos e grandes, no norte do Brasil”, como assinala Paul Arbousse-Batiste no prefácio da obra de Gilberto Freyre *Um engenheiro francês no Brasil*, ensaio injustamente pouco citado em estudos sobre a presença francesa na América portuguesa (1940, p. I, tradução livre). Antes de se fixar entre nós o tipo francês iluminista da corte de Luís XV, contrabandistas, “traficantes de madeira” e “don-juans de índias” foram os primeiros franceses que chegaram por aqui depois de já iniciada a colonização regular do Brasil pelos portugueses no século XVI.

25

[...] os contrabandistas franceses de pau-de-tinta, quasi todos homens de Honfleur e Dieppe, continuaram a salpicar de filhos arruivados, e, ao que parece, de facas, espelhos, tesouras e outros artigos franceses capazes de seduzir os índios e principalmente as índias, o litoral brasileiro nos seus trechos mais desguarnecidos: entre o cabo de São Roque e a Parahyba do Norte; ao longo da costa de Alagoas e de Sergipe; por certos recantos do Rio de Janeiro (FREYRE, 1940, p. 21).

¹ Texto original: “L’influence des techniciens français, petits et grands, dans le nord du Brésil” (Freyre, 1940, p. I).

Depois destes, vieram, como aponta nossa historiografia, missionários, técnicos, artistas, comerciantes e importantes cientistas. Franceses calvinistas ou huguenotes disfarçados também desembarcaram junto aos primeiros grupos de colonos portugueses, fundando cidades por todo o território do Brasil, a exemplo da atual capital do estado do Maranhão, no nordeste brasileiro, batizada com o nome de um rei francês, a cidade de São Luís.

Como a tentativa, em meados do século XVI, de criar a França Antártica, onde a posteriori foi fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; anteriormente batizada pelos franceses de Henri Ville. Essa primeira tentativa infeliz dos franceses não os impediu de continuar a insistir. Em 1590 tentaram se estabelecer em Viçosa, onde hoje fica o estado do Ceará. Entre 1612 e 1615 fundaram a França Equinocial, a partir da cidade que chamaram de Saint Louis, futura São Luís do Maranhão. São novamente expulsos pelos portugueses. Por fim, no continente sul-americano, eles ainda tem a Guiana² (PEREIRA, 2014, p. 38, tradução livre).

Diferente da estratégia de conquista dos demais invasores europeus na América, nossa historiografia colonial aponta para uma relação colaborativa entre alguns povos indígenas

² Texto original: “Comme la tentative, au milieu du XVI siècle, de la création de la France Antarctique, où a posteriori est fondée la ville de São Sebastião do Rio de Janeiro; antérieurement baptisée par les Français du nom d’Henri Ville. Cette première tentative malheureuse des Français ne les empêche pas de continuer on instant. En 1590, ils tentent de s’installer à Viçosa, dans l’actuel état de Ceará. Entre 1612 et 1615, ils fondent la France Equinoxiale, à partir de la ville qu’ils nomment Saint Louis, future São Luís do Maranhão. Ils sont de nouveau expulsés par les Portugais. Pour finir, sur le continent sud américain, il leur resta la Gyane”. (PEREIRA, 2014, p. 38).

do litoral brasileiro e os viajantes franceses. Para Freyre (1940), os franceses já entendiam que a instrução dos indígenas em um ofício do tipo manual lhes possibilitaria um certo tipo de dignidade humana pois “[...] durante o tempo em que estiveram em contacto com os índios brasileiros, os franceses em vez de compêndios de latim e de rhetorica puseram nas mãos dos selvagens ferramentas e armas européas e ensinaram-lhes officios”. (FREYRE, 1940, p. 29-30). Sabemos também que pela França uma nova e promissora proposta de homem e de sociedade chegava ao mundo nos setecentos. Assim, conhecer a corte francesa, modelo social de prosperidade e de inovação, permitiria o acesso às novidades que transformaram a modernidade.

Mas é preciso lembrar que o movimento iluminista, como movimento filosófico, não aconteceu de forma homogênea no território europeu, possuindo a península Ibérica especificidades ainda hoje discutidas. Pela sua complexidade, segundo Oliveira (2022), a questão do iluminismo na Espanha e em Portugal possui diversas interpretações na historiografia, sendo em Portugal associado ao período de governança do ministro de D. José I conhecido como período pombalino.

Os que assim concebem o iluminismo português geralmente partem do pressuposto de que o iluminismo, ou a ilustração, é algo acabado, quase uma essência, que tem seus modelos perfeitos na França e Inglaterra, de modo que, tratando-se de um fenômeno do centro europeu, não poderia ser bem sucedido em sua periferia. Dessa forma, ignoram a condição de construção discursiva da ilustração e de seus pressupostos básicos, pela historiografia, literatura, filosofia e mesmo pelos documentos oficiais emitidos pelos Estados absolutistas ou por déspotas esclarecidos (OLIVEIRA, 2022, p. 20).

Como fenômeno histórico concreto, reconhecemos na França o protagonismo da revolução setecentista. Seus *philosophes* ou “homens de letras”, algo próximo do que hoje definimos por “intelectuais”, trabalharam questões já levantadas por seus antecessores. Contudo, entendemos que temas como natureza, tolerância, felicidade e individualismo, por exemplo, foram por eles empreendidos como um *engagement*, como um projeto de transformação das pessoas e lugares, ou seja, de promoção das “luzes”. Na língua da França, na palavra falada na corte de Luís XIV, nos manuscritos, e, posteriormente nos primeiros impressos, as novidades iluministas foram então difundidas nas comunidades europeias e em seus domínios.

É importante lembrar que a França foi motor na nossa organização como Estado ainda nos oitocentos. No contexto das guerras napoleônicas (1803-1815), a fuga da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro acabou por elevar o Brasil, até então colônia portuguesa, para a condição de sede de um reino da Europa. Com a vinda do então príncipe regente D. João (1767-1826) e sua corte para a cidade do Rio de Janeiro, o Brasil passou a ser o centro do reino de Portugal e, na América, passaram a viver um rei e uma rainha. Lembrem-se que nenhuma corte europeia viveu fora dos limites da Europa, e a mudança da pequena cidade do Rio de Janeiro para a categoria de sede de uma importante corte europeia exigiu a criação e organização de toda uma estrutura política e administrativa.

Parece consenso que o projeto de organização e fundação de instituições de ordem formativa em Portugal e, por extensão, em todo território do Brasil, teve como modelo os

preceitos iluministas franceses de progresso e perfectibilidade humana. O ideal de civilização da Europa e, sobretudo, da França, se apresentava no mundo ocidental como uma finalidade, como uma meta em direção à modernidade. Dentre muitas medidas políticas e administrativas de estruturação da corte portuguesa nos trópicos, a formação e o treinamento de soldados e oficiais no Brasil aparece como importante pauta da agenda joanina.

Com uma imensa costa frequentemente ameaçada por invasores estrangeiros, a defesa da integridade e da unidade do reino português na América era matéria de urgência. Assim, dois anos após a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, no ano de 1810, foi criada uma instituição para a formação de militares no território Brasil, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro. A Academia Real Militar do Rio de Janeiro, com estatuto de fundação promulgado no ano de 1810, pode ser considerada a primeira instituição de caráter formativo no reino do Brasil a ter a língua francesa como matéria de ensino, o que lhe permitiu a condição de saber científico (OLIVEIRA, 2016).

É importante ressaltar que a Academia Real Militar do Rio de Janeiro não foi a primeira instituição de formação militar do território do Brasil, mas a primeira com orientação iluminista. Já no século XVIII, em 1767, cartas instrutivas do Gabinete Pombal dirigidas ao então vice-rei do Estado do Brasil, Conde da Cunha³ (1700-1791), orientavam a administração para o preparo da oficialidade e dos soldados portugueses que aqui se

³ António Álvares da Cunha, o Conde da Cunha, era sobrinho de D. Luís da Cunha. O Conde da Cunha foi o primeiro vice-rei do Brasil colonial a governar com sede no Rio de Janeiro.

instalavam com a criação de Aulas de Artilharia nos moldes das do reino (MENDONÇA, 1960). Engenheiros militares foram enviados para o Brasil para o trabalho, também didático, na Academia Militar da Bahia⁴ (SILVA, 2010).

[...] não quis Pombal, que para aqui viessem os velhos professôres, seus conhecidos, que aferrados aos antigos métodos de ensinar a arte da guerra, persistem em considerar as novas doutrinas aplicadas pelos inglesês, como coisas de estrangeiros. Mandou Pombal gente nova. Mandou Capitães com honras de tenente-coronel para lecionar, e mandou também com o material escolar as obras de Belidoro, - que eram a última palavra no assunto - traduzidas para o português, com o fim especial de aqui serem utilizadas nos estudos militares que iam ser iniciados (MENDONÇA, 1960, p. 16).

A fundação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, que tomo como espaço de saber marco do ensino de francês no Brasil colonial, representava a prática (ou pelo menos a tentativa) do projeto iluminista em terras portuguesas. O francês já era língua franca da ciência moderna, noticiada na oferta de Aulas Públicas, de Cadeiras, e sobretudo na significativa circulação de impressos (OLIVEIRA, 2022). Mas é na criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, inspirada no modelo português do Colégio Real dos Nobres, fundado no ano de

⁴ “D. João V resolveu nomear engenheiros para o Brasil “para delinear e assistirem as fortificações que se hão de fazer”, e nomeou Gaspar de Abreu para o posto de capitão engenheiro da Bahia em 1711, concedendo-lhe o soldo desde o dia em que embarcasse em Lisboa como ajuda de custo [...] Sua atuação foi também didática, ensinando Fortificação Militar, mas essa atividade extra não lhe aumentava o soldo de capitão engenheiro que era de 25\$000 mensais” (SILVA, 2010, p. 293).

1761, e este último, na *École Militaire de Paris*, criada em 1751, que podemos perceber em território brasileiro o processo de entendimento da língua francesa de saber elementar à um saber institucionalizado.

A LÍNGUA FRANCESA COMO MATÉRIA DE ESTUDO

Para o desenvolvimento e aplicação das “luzes” no território do Brasil, o trabalho do ministro plenipotenciário do reinado de D. José I, o Marquês de Pombal (1699-1782), figura mítica na história de Portugal e do Brasil, parece fundamental. As chamadas “reformas pombalinas dos estudos menores”, impetrada pelo Marquês de Pombal através do Alvará de 28 de junho de 1759, trouxe para o mundo lusófono as transformações do mundo moderno. (OLIVEIRA, 2022). Dentre as muitas contribuições das reformas pombalinas, gostaria de levantar para a discussão o processo de institucionalização do ensino das línguas no território brasileiro, ocorrido quando da chegada da família real portuguesa entre nós.

A chamada Lei Geral dos Estudos Menores é indiscutivelmente a mais importante peça legislativa pombalina sobre o ensino de línguas. Com tal reforma, que deu novo sentido ao ensino de Humanidades, tornando o estudo da gramática e da retórica mais compatível com as modernas orientações linguísticas e pedagógicas do chamado ‘século das luzes’, a educação passou oficialmente a ser gerida pelo Estado, que por sua vez tornou-se responsável por controlar a seleção e a carreira dos professores, institucionalizando assim a profissão docente (OLIVEIRA, 2022, p. 66).

Pelo *Diccionario da Língua Portugueza*, de Raphael Bluteau (1638-1734), publicado na Lisboa de 1789, percebemos que a

família semântica do verbo “instituir” faz menção à estabelecimentos de instrução militar, aos “Colégios” e “Academias”, bem como às suas regras de funcionamento como a indicação de livros a serem adotados nos cursos, por exemplo. Nesse momento histórico, é preciso entender a organização de espaços de formação como o “Colégio” e a “Academia” enquanto instituições, e a sua natureza, o sentido do termo *instrucção*, como declaram os seguintes verbetes do dicionário de Bluteau (1789):

INSTITUIR, v. at. Estabelecer, fundar v. g. ,, instituir morgado, capella. § Instituir jogos, Collegios. , fábricas, oficinas. § Lobo instituir em sua casa pública mancebia de todos os vícios,, a virtude para que os primeiros serão instituidos,, Vieira § Nomear, declarar v.g.,,, instituir ao pai ou filho por seu herdeiro. •§ 1., da Orden. **instruir, educar** v. g. Instituir na Lei de Deus ,, Camões. Arraes 1. ,, a pátria nos instituiu com leis justas.

INSTITUIÇÃO, f. f. estabelecimento v. g., instituição. dos feudos.; nomeação v. g. ,, instituição do herdeiro. § Instituições, f. pl. **livro didático** , regras , preceitos. § Fundação v. g. ,, instituição de **Academias**; Capellas; **Collegios**.

INSTRUCÇÃO, ,f. f. **ensino** , **educação** , documento.- Lobo *instrucções* da política militar. § Apontamento, regimento que se dá a alguém para se reger por elle v.,g., *instrucções* dadas aos Ministros que se envião, aos Governadores, procuradores, agentes, e pessoas que nos vão fazer algum serviço (BLUTEAU, 1789, p. 725, grifo da autora).

A criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro no Brasil foi baseada nos modelos europeus de referência da

França e de Portugal, iniciando entre nós um movimento de transformação dos próprios princípios da educação, pois se propunha a instrução de um novo tipo de homem que a contemporaneidade a altura exigia; um homem que fosse não somente temente à Deus, mas também útil aos propósitos do soberano. Neste contexto histórico e social de sentido e significado, a língua francesa institucionaliza-se como um saber, como língua de ciência e como matéria de estudo, orientada por um método científico de análise, para a formação de um tipo de homem: o militar.

Antes da institucionalização do ensino de francês com a criação de espaços de saber organizados pelo Estado, para a formação linguística do militar, dois professores já tinham licenças para a abertura de Aulas Públicas da Língua Francesa, concedidas pelo período de um ano. Em 23 de julho de 1788, a primeira licença para o ensino de francês na cidade do Rio de Janeiro foi concedida ao professor Francisco José da Luz. Sobre os termos da licença de Francisco José da Luz, Oliveira (2010) assinala que apesar de nada indicar a relação das provisões com a instrução militar, esta, ao menos formalmente, era na colônia a única modalidade de formação para a qual o conhecimento de francês se fazia necessário.

O ensino da língua francesa teve a sua natureza discutida por intelectuais que acabaram por colaborar na elaboração dos estatutos de fundação de três importantes instituições de ensino de orientação militar no mundo ocidental: a *École Militaire de Paris*, inaugurada no ano de 1751, na França; o Colégio Real dos Nobres de Lisboa, fundado em Portugal dez anos depois, em 1761; e a Academia Real Militar do Rio de Janeiro, no Brasil, criada no ano de 1810 (OLIVEIRA, 2016).

Os intelectuais e suas produções bibliográficas inspiraram as leis que fundaram importantes espaços formativos. Na França, a *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, de Diderot e D’Alembert, uma das primeiras enciclopédias de que temos notícia, tem, entre os seus quase 72 (setenta e dois) mil verbetes, o termo *École Militaire* que nos traz questões referentes ao pensamento iluminista e à formação do corpo militar francês na Escola Real Militar de Paris. Em Portugal, *Cartas sobre a educação da mocidade* é um importante documento para aferir as representações, em matéria educativa, do iluminismo no tempo e no território do Marquês de Pombal. Escrita por Ribeiro Sanches, esta obra serviu como contributo decisivo para a criação do Colégio Real dos Nobres, em Lisboa, segundo a historiografia portuguesa. Também parece fundamental lembrarmos dO *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Verney. Nessa obra, percebemos uma proposta de educação que buscava construir a modernidade científica portuguesa que muito influenciou as diretrizes da Academia Real Militar do Rio de Janeiro.





A LÍNGUA FRANCESA NOS
PROJETOS DE INSTRUÇÃO
MILITAR NA FRANÇA, EM
PORTUGAL E NO BRASIL



AS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA ESCOLA REAL MILITAR DE PARIS

A pesar do pioneirismo do Marquês de Pombal no estabelecimento de significativas reformas na instrução pública em Portugal através do documento legal de 1759, é na França de Luís XV (1710-1774) que temos as primeiras notícias da organização e funcionamento de uma instituição para a formação do tipo militar preocupada na instrução em línguas, um modelo seguido em Portugal e em seus domínios; a Escola Real Militar de Paris.

Na França, algumas iniciativas de criação de escolas militares já haviam sido lançadas antes mesmo da criação da Escola Real Militar de Paris. A primeira a ser lembrada é o projeto apresentado pelo cardeal Mazarin para a criação de uma espécie de instituto militar no qual seriam ensinados os exercícios do corpo para a arte da guerra. Este instituto tornou-se mais tarde o Colégio Mazarin¹, importante instituição de ensino

¹ “O cardeal Mazarin, querendo perpetuar seu nome como seu antecessor havia feito ao fundar a Sorbonne, mandou construir, com sua enorme fortuna, em meados do século 17, o Colégio das Quatro-Nações, também conhecido como Colégio Mazarin. O nome da instituição faz referência às quatro regiões incorporadas à França como decorrência dos Tratados da Westfália e dos Pirineus, assinados, respectivamente, em 1648 e 1659. Sessenta estudantes dessas quatro nações (vinte de Flandres, Artois, Hainaut e Luxemburgo; quinze da Alsácia e outros territórios alemães; dez de Roussillon, Conflent e Cerdagne e quinze do Pignerol e dos Estados Papais), provenientes de famílias nobres, teriam bolsas garantidas para estudar, sob o regime de internato, na instituição que foi extinta sob Napoleão, sendo seu prédio, uma das mais notáveis construções à margem esquerda do Sena, defronte ao Louvre, ocupado em 1795 pelo Instituto da França, que reúne as Academias Nacionais Francesas (Babelon, 2001). Segun-

por ter sido nele fundada a primeira cadeira de Matemática na França (DIDEROT; ALEMBERT, 1777). Além desta proposição, houve também o projeto de uma escola para a formação dos jovens militares franceses no espaço do *Hôtel Royal des Invalides*, de M. de Louvois (1641-1691), ainda na corte de Louis XIV. Contudo, foi com o programa apresentado pela Marquesa de Pompadour (1721-1764), conhecida amante do então rei da França, que, em janeiro de 1751, é criada a Escola Real Militar de Paris.

No volumoso número de vocábulos da *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et de métiers, par une société de gens de lettres*,² de D'Alembert e Diderot, um, em particular, ocupa-se de questões relativas à formação do militar francês. Para a construção do verbete intitulado *École Militaire*, D'Alembert, organizador da primeira edição do *Tome Onzième*, contou com a colaboração de M. Paris de Meyzieu³, Diretor Geral dos Estudos e Intendente da Escola Real Militar de Paris no momento de sua inauguração. Em pesquisa no acervo virtual da *Bibliothèque Nationale de France*, tive acesso ao texto da trigésima nona edição do décimo primeiro volume da obra, publicado em 1777, mesmo ano do início dos consórcios internacionais de editoração (HOHLFELDT, 2009).

do Poirier (1996), pouco depois da fundação do Colégio, que ocorreu no início da década de 1660, o número desses estudantes bolsistas foi reduzido para 30 e outros alunos, não só os nobres das nações incorporadas, começaram a ser admitidos” (GARNICA; GOMES; ANDRADE, 2013, p. 137).

² Seu título completo e traduzido para o português é “Enciclopédia ou dicionário raciocinado de ciências, de artes e de artes mecânicas, por uma sociedade de gente de letras”.

³ Jean-Baptiste Paris de Meyzieu (1718-1778) foi um bibliófilo francês da abastada família dos irmãos Paris. Antigo conselheiro do Parlamento, ele reuniu uma rica biblioteca cujo catálogo foi impresso em Paris em 1779 com o título “*Bibliotheca elegantissima Parisina*” (HOEFER, 1862, p. 208).

No verbete assinado por Meyzieu, a concepção de instituição de ensino militar é definida pelas diretrizes da Escola Real Militar de Paris, fundada pelo rei Luís XV (1710-1774) em 1751, mesmo ano de publicação da primeira edição da Enciclopédia. Desde a sua criação, a Escola Militar de Paris é descrita como um exemplo em organização e ensino. Com princípios baseados no ideal iluminista de valorização da ciência e da razão humanística, a Escola Real Militar de Paris destinava-se à instrução da mocidade nobre francesa, cujos pais consagraram seus dias e suas vidas a este serviço.

Na introdução do verbete, o autor situa o leitor quanto às origens da educação militar. Meyzieu afirma que este não era um pensamento recente, pois os gregos e os romanos já cultivavam o espírito e o corpo para a defesa de seus territórios. Assim, todos os povos praticaram a guerra, seja em disputas com nações vizinhas, seja em conflitos particulares, obrigando a nobreza a cultivar um método de batalha, uma “arte da guerra”. Meyzieu explica que esta arte se tornou complexa ao longo da história e que suas operações tornaram-se cada vez mais elaboradas, exigindo uma estruturação de suas teorias, que serviriam de base para toda sua prática.

O plano de criação de uma escola militar se fazia necessário no contexto de guerras e o projeto apresentado pela Marquesa de Pompadour agradou o soberano, que, em janeiro de 1751, criou a Escola Real Militar de Paris. A tarefa não foi fácil, pois “a educação, este ramo precioso da sociedade não possui leis escritas; elas são depositadas nas mãos dos sábios que fazem o seu melhor uso, sem deixar aprofundar o espírito”⁴ (DIDEROT;

⁴ Texto original: “L’éducation, ce lien si précieux de la société, n’a point de lois écrites; elle sont déposées dans des mains qui savent en faire le meilleur usage, sans en laisser approfondir l’esprit”. (DIDEROT, D’ALEMBERT, 1777, p. 757).

ALEMBERT, 1777, p. 757, tradução livre). A criação da Escola Real Militar de Paris tinha por objetivo a formação de militares, do perfeito militar, com uma instrução dirigida ao espírito e ao corpo.

A cultura do espírito consiste principalmente no cuidado particular de instruir apenas coisas úteis, empregando os meios mais abastados e indicados às disposições que se encontram. O corpo não merece uma atenção menor; e a este respeito devemos admitir que somos bastante inferiores, não somente aos Gregos e aos Romanos, mas também à nossos ancestrais, cujos os corpos eram melhor exercitados, estando mais preparados para a guerra que os nossos⁵ (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 758, tradução livre).

42 Além do espírito e do corpo, a educação religiosa foi também concebida como parte importante da formação militar na Escola Real Militar de Paris. Ela era confiada ao arcebispo da cidade, que determinava as horas e a duração das orações, do catecismo e, geralmente, de todos os exercícios espirituais que iniciavam as atividades diárias; assim como eram confiadas aos doutores da Sorbonne as demais instruções (DIDEROT; ALEMBERT, 1777). A Engenharia e a Artilharia eram para Meyzieu as duas mais importantes bases teóricas dessa grande “arte do combate” que, somadas aos demais conhecimentos científicos então disponíveis, formariam o perfeito militar.

⁵ Texto original : “La culture de l’esprit consiste principalement dans un soin particulier de ne l’instruire que de choses utiles, en n’employant que les moyens les plus aisés, & proportionnés aux dispositions que l’on trouve. Le corps ne mérite pas une attention moins grande ; & à cet égard il faut avoüer que nous sommes bien inférieurs, non-seulement aux Grecs & aux Romains, mais même à nos ancêtres, dont les corps mieux exercés, étoient plus propres à la guerre que les nôtres” (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 758).

A gramática, as línguas francesa, latina, alemã, e italiana, as matemáticas, o desenho, a engenharia, a artilharia, a geografia, a história, a lógica, um pouco de direito natural, muito de moral, as ordens militares, a teoria da guerra, as evoluções; a dança, a esgrima, a equitação, e suas partes, são os objetos de estudo da escola real militar⁶ (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 759, tradução livre).

A instrução da gramática se fazia necessária tanto para a língua vernácula, no caso, a francesa, como para as outras línguas ensinadas: as línguas latina, alemã e italiana. Uma vez aprendido os princípios da língua materna, aplicando o aluno facilmente o exemplo à regra e a regra ao exemplo, este começava então a perceber o que havia de comum entre os princípios da gramática francesa e os princípios das gramáticas latina, alemã e italiana.

O ensino de línguas tinha como metodologia indicada o trabalho com as lições baseadas nos exercícios de viva voz, defendidos por Meyzieu por trazerem como vantagem o desenvolvimento maior da atenção pelos discentes do que os exercícios de lições ditadas. O aluno, quando interrogado sobre o ponto da lição, era obrigado a substituir por equivalentes os termos e explicações dadas pelos mestres, pois seria impossível lembrar-se de todos os termos. Dessa forma, qualquer indicação de incerteza obrigava uma repetição da explicação

⁶ Texto original : “La grammaire, les langues françoise, latine, allemande, & italienne; les mathématiques, le dessin, le génie, l’artillerie, la géographie, l’histoire, la logique, un peu de droit naturel, beaucoup de morale, les ordonnances militaires, la théorie de la guerre, les évolutions; la danse, l’escrime, le manège, & ses parties, sont les objets des études de l’école royale militaire” (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 759).

de maneira mais inteligível. Os alunos escreveriam, portanto, como eles haviam entendido a lição, sendo esta produção corrigida pelo professor. Vantagens e desvantagens são elencadas por Meyzieu na aplicação deste método.

Vamos observar duas coisas principais sobre este método: a primeira é que ele talvez seja viável com poucos alunos ou muitos mestres; a segunda é que o espírito das crianças se encontra aqui em uma tensão bastante forte, a duração das aulas deve ser proporcional. Nós acreditamos que ele traz vantagem com curta duração e repetidos com mais frequência⁷ (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p.760, tradução livre).

44 Depois de terem sido lançados os primeiros fundamentos dos conhecimentos gramaticais e de terem sido feitas as analogias e diferenças entre as línguas ensinadas, de terem sido fixados os princípios comuns às línguas e as características particulares de cada uma, o uso da língua era visto como a melhor maneira de aquisição de uma língua para um militar.

As razões para o ensino das línguas latina, alemã e italiana são explanadas por Meyzieu em um tópico nomeado *Langues*. Nele, o ensino do latim, com a sua utilidade já legitimada pela Academia, era parte essencial de toda educação formal das elites. Seu reconhecido estatuto cultural pode ser atestado pelo uso de expressões e palavras latinas como o

⁷ Texto original : “Nous observerons deux choses principales sur cette méthode: la premiere, c’est qu’elle n’est peut-être praticable qu’avec peu d’élèves ou beaucoup de maîtres ; la seconde, est que l’esprit des enfans se trouvant par-là dans une contention assez forte, la durée des leçons doit y être proportionnée. Nous croyons qu’il y a de l’avantage à les rendre plus courtes, & à les réitérer plus souvent” (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 760).

*manu militari*⁸ na diplomacia, por exemplo (CHERVEL, COMPÈRE, 1999).

Ensinar-se-á latim porque o latim é o requisito para um certo número de profissões que exigem certificado desse idioma: clero, magistratura, alta função pública, profissões liberais. Ora, todas essas profissões tem uma relação com o poder, ou ao menos com a autoridade, a maior parte sendo ligadas aos serviços do Estado (CHERVEL, COMPÈRE, 1999, p. 162).

Além do latim, o conhecimento em língua alemã e em italiano era fundamental na atividade militar em missões no exterior, principalmente quando diplomáticas. Contudo, estas línguas estrangeiras apresentavam diferentes graus de dificuldade na sua aprendizagem, afirmando Meyzieu que “a língua italiana não é difícil, especialmente para alguém que estuda latim e francês. Não é o mesmo com o alemão, cuja pronúncia sobretudo é adquirida principalmente com dificuldade⁹ [...]”, por ter esta última uma origem etimológica distante da francesa (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 760, tradução livre).

Além do ensino das Línguas, a Geografia, com ênfase na Topografia, a História, para a formação do “homem do mundo”, o Direito Natural e da Guerra, a Moral, como um campo da Religião, a Tática e as Matemáticas fazem parte do corpo

⁸ A expressão latina *manu militari* segundo a enciclopédia e dicionário on-line Larousse é uma locução adverbial que significa “pelo emprego da força pública; pela força, pela violência”. Fonte disponível em: <<http://www.larousse.fr/encyclopedie>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

⁹ Texto original : “La langue italienne n’a rien de difficile, particulièrement pour quelqu’un qui fait le latin & le français. Il est pas de même de l’allemand, dont la prononciation surtout ne s’acquiert qu’avec peine [...]” (DIDEROT; ALEMBERT, 1777, p. 760).

de matérias de estudo dos militares franceses na Escola Militar de Paris em 1751. Entre todas as ciências necessárias aos militares, a Matemática é, sem dúvida, a de maior importância e seu ensino possuía uma ligação direta e imediata com a arte da guerra e o desenvolvimento de novas técnicas de combate e estratégia.

São também feitos breves comentários sobre exercícios indicados para se possuir um “corpo robusto, vigoroso e inteligente” como a atividade da Dança, a Esgrima, a Natação e a Equitação. Apesar da grande importância dada aos conhecimentos científicos em pleno desenvolvimento e do grande destaque às ciências matemáticas, o ensino de línguas aparece com relativa importância no protejo da Escola Real Militar de Paris, reconhecida a função diplomática dos militares. Inspirado neste modelo, Portugal buscou criar na cidade de Lisboa um estabelecimento de instrução militar que permitisse colocar o reino lusitano em igualdade com a nação mais moderna da Europa.

O MODELO FRANCÊS DO COLÉGIO REAL DOS NOBRES DE LISBOA

A necessária modernização do Estado português contou com uma série de reformas inspiradas pelas luzes e guiadas pela fé, segundo os termos da maioria das peças da legislação pombalina. No que tange à educação, alguns intelectuais, antes mesmo do período pombalino, isto é, ainda durante o reinado de D. João V (1707-1750), defendiam a ideia da criação, na cidade de Lisboa, de um instituto responsável pela instrução da juventude, um estabelecimento que fosse compatível com o século de progresso material vivido na Europa (OLIVEIRA, 2006). Entre esses intelectuais, António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), que vivia por esta altura em Paris, tinha pelas questões da educação e do ensino grande interesse. Sanches pertencia ao grupo dos intelectuais portugueses que exerceram a sua atividade profissional no estrangeiro, os designados “estrangeirados”. Saído de Portugal aos vinte e sete anos de idade, e de personalidade então muito conhecida na vida cultural portuguesa no século XVIII, suas reflexões tinham o propósito de intervenção na reforma da cultura filosófica e científica do seu país (CARVALHO, 1986, p. 437).

A respeito da educação, podemos citar duas conhecidas produções de Sanches que levantam questões sobre as transformações realizadas pelas reformas da política do ministério do Marquês de Pombal. A primeira, *Método para aprender e estudar a Medicina*, publicada em 1763, lançou as bases teóricas para a insti-

tuição de uma Faculdade Real de Medicina, semelhante às então existentes em Bolonha, Nápoles, Paris e Viena. A segunda, *Cartas sobre a educação da mocidade*, surgiu na ocasião da publicação, pelo Marquês de Pombal, do Alvará de 28 de junho de 1759, que reformou o ensino de Humanidades (OLIVEIRA, 2006).

Assim, ao ter notícia de que em Portugal fora publicado o alvará de 28 de Junho de 1759 em que se decretava a nova metodologia a aplicar no ensino das Escolas Menores, após a eliminação da Companhia de Jesus, Sanches ficou entusiasmado e sentiu-se impelido a aproveitar a situação de abertura para a expressão de novas ideias e a oferecer as suas na matéria em causa (CARVALHO, 1986, p. 438).

48 A obra *Cartas sobre a educação da mocidade* é uma das mais importantes referências bibliográficas da pedagogia portuguesa. Redigida em forma de cartas, como era frequente no século XVIII, a obra começou a circular no ano de 1760.

Enfatizando a necessidade de revogação das leis que garantiam imunidades aos eclesiásticos e excessivos privilégios à nobreza, realidade que contrariava, segundo Sanches, todo o bom governo civil, é proposto um método norteador para a criação de novas leis pelas quais se deveria governar o reino e a instrução dos jovens. Os privilégios dos nobres e as imunidades eclesiásticas, defendidos nas normas de então, destruíam a igualdade entre os súditos e, não havendo igualdade, não haveria ideia alguma de justiça, muito menos da dignidade da pessoa humana.

El-rei D. Manuel [...] decretou uma lei, de seu muto-próprio, sem intervenção das cortes, pela qual eximiu

todos os eclesiásticos de pagarem peitas, sisas e outros tributos que pagavam antes, como os leigos (SANCHES, 19--, p. 95).

Como pela lei do reino não pode ser preso por dívidas, como os seus bens não podem ser vendidos para pagá-las [...](SANCHES, 19--, p. 97).

Como sabemos, as novas leis causaram efeitos sobre a educação e, conseqüentemente, sobre os costumes do povo português. Uma nova configuração dos reinos e da ideia de Europa, agora não mais sustentada pelas conquistas territoriais e sim pelo trabalho e pelo domínio e desenvolvimento da técnica, mudou o estado político e civil das comunidades com a valorização das ciências e das artes (MAXWELL, 1996).

A educação aplicada em Portugal seguia, até então, as orientações das máximas eclesiásticas. As leis das monarquias góticas eram militares e a educação tinha por objetivo vencer e conquistar territórios, estabelecendo a religião pela força e pela intolerância, e o estado militar e civil pela tirania e pelas leis civis (SANCHES, 19--).

Determinadas e decretadas assim as leis do reino para sustentar um exército e uma frota para defesa dos domínios próprios e adquiridos, e, ao mesmo tempo, para estabelecer o trabalho e a indústria, seria já necessário mudar a educação da mocidade portuguesa, apercebendo-se facilmente o legislador que não tinha súbditos para executar esta segunda parte da constituição da monarquia (SANCHES, 19--, p.123).

O projeto de Sanches era, pois, pensar a formação de toda a mocidade portuguesa nos princípios da virtude, da paz

e da boa fé e, sobretudo, nas ciências modernas para o avanço social e técnico do reino português.

O meu intento é propor tal ensino a toda a mocidade dos dilatados domínios de Sua Majestade, que no tempo da ocupação e do trabalho e no tempo do descanso lhe seja útil, e à pátria: propondo a virtude, a paz e a boa fé por alvo desta educação, e a doutrina e as ciências como meio para adquirir estas virtudes sociáveis e cristãs. Nunca me sairá do pensamento formar um súbdito obediente e diligente a cumprir as suas obrigações, e um cristão resignado a imitar sempre do modo que alcançamos aquelas imensas acções de bondade e de misericórdia (SANCHES, 19--, p. 125).

50

O plano de educação da mocidade nobre de Portugal apresentado por Sanches pensava a estrutura do ensino da educação primária ao nível universitário. Todavia, esta mocidade apresentava-se separada em três grupos sociais – o povo, a classe média e a nobreza, e tinham o seu destino escolar traçado não pela capacidade de seus componentes, mas apenas por sua situação social. A orientação das Cartas de Sanches, em conformidade com as tendências de muitos intelectuais iluministas, mostrava-se contra a extensão do ensino à globalidade da população. Limites, sobretudo às populações rurais, são impressos em seu plano pedagógico com o simples propósito de não estimular, pelo desejo de melhor vida, a migração para as cidades, o despovoamento dos campos e a extinção de alguns ofícios do meio rural.

Que filho de Pastor quererá ter aquele ofício de seu pai se à idade de doze anos soubesse ler e escrever? [...]
O Rapaz de doze ou quinze anos, que chegou a saber

escrever uma carta, não quererá ganhar a sua vida a trazer uma ovelha cansada às costas, a roçar pela manhã até à noite, nem a cavar (SANCHES, 19--, p. 127).

Para a mocidade da classe média, a instrução deveria ser feita pelas Escolas Menores, a que Sanche prefere nomear por “Pensões”, caso a família não pudesse custear a instrução desse jovem com mestres particulares. Nestes estabelecimentos, o jovem perderia o “mimo e regalo” típicos da casa de seus pais para uma formação em conhecimentos da vida civil, como o patriotismo, descrito como “o sentimento de pertença ao Estado” (SANCHES, 19--, p. 148-149).

Nestas Escolas Menores, que Sanches designa por Pensões, por Escolas Reais e ainda por Escolas de Latim, aprender-se-ia a ler, a escrever e a contar, e também o catecismo cristão, a educação cívica (por um compêndio apropriado a que chama “Catecismo da Vida Civil”), e o governo doméstico aprendido por uma “Arte de ter livros de conta e razão” onde se trataria de róis, quintanças, letras de câmbio e procurações. A esta preparação propedêutica se seguiria o estudo do Latim, do Grego, da Língua Materna, Princípios de Filosofia Moral, Retórica, História e Geografia (CARVALHO, 1986, p. 442).

Para uso nas Pensões, é proposta a elaboração de um “livrinho impresso em português”, uma espécie de manual didático para o ensino das primeiras letras, e de um “livrinho de catecismo da Vida Civil”, para o ensino dos princípios da vida civil. Como orienta Sanches, as obras deveriam conter o volume de 150 (cento e cinquenta) a 200 (duzentas) páginas e ter por título “Arte de ter livros de conta e de razão” (SANCHES, 19--).

Quanto ao ensino superior da mocidade portuguesa, as Cartas de Sanches indicavam a criação de estabelecimentos como Escolas Maiores ou Colégios Reais, bem como a criação de uma Universidade Real. A educação da fidalguia e nobreza portuguesas buscava a conservação da monarquia, orientando esses jovens nas funções que lhes garantissem a acumulação de honrarias, como os postos militares, por exemplo. Acreditava-se que somente entre a nobreza se achavam as pessoas mais aptas para servirem à nação pelas armas, nos exércitos de Mar e Terra.

A arte da guerra hoje, é ciência fundada em princípios que se aprendem e devem aprender antes que se veja o inimigo: necessita de estudo, de aplicação, de atenção e reflexão; que o guerreiro tome a pena e saiba tão bem calcular e escrever, como é obrigado a combater com a espada e com o espontão. O verdadeiro guerreiro é hoje um misto de homem de letras e de soldado (SANCHES, 19--, p. 174).

Sanches defendia a educação dos jovens fidalgos nas letras e também na política e nas ciências matemáticas, buscando, com isso, a formação de um corpo de funcionários capaz de servir à sua nação nos governos e importantes cargos administrativos em tempos de guerra e de paz. Descartadas as conhecidas vias da educação do tipo doméstica ou daquela realizada nas escolas ordinárias, Sanches orientava para a educação desta mocidade o ensino em sociedade¹ ou em colégios.

¹ Sobre a ideia de educação em sociedade, Sanches exemplifica o modo romano da educação da nobreza. “O seu ensino, no tempo da puerícia, se reduzia à filosofia moral e trato da vida que lhes ensinavam os filósofos. Mas esta instrução era prática: entravam no senado com seus pais ou tutores, como ouvintes; ali

Para a instrução dos meninos e moços nobres ou fidalgos foi pensado um “Corpo de Cadetes” ou “Escola Militar” ou “Collegio dos Nobres”, um estabelecimento para a formação moral, segundo os valores da modernidade, e para a utilidade pública no domínio militar, técnica e científica (SANCHES, 19--). Para a construção desse projeto de instituto militar, Sanches se valeu da experiência de outras nações, como a Dinamarca, a Suécia e a Prússia, mas principalmente a França.

No ano 1751 se estabeleceu em Paris a Escola Real Militar. A sua instituição é para educar-se nela quinhentos gentis-homens à custa real: os militares são os mestres para ensinar a arte da guerra; e os seculares, homens de letras, as artes e as ciências. Mas como na Enciclopédia, impressa em Paris, se acha uma exacta descrição desta famosa escola no artigo *École Militaire – tome cinquième*, não necessito entrar aqui em maior explicação. E só farei algumas observações sobre o que se podia imitar de louvável em Portugal desta instituição (SANCHES, 19--, p. 183).

Assim como no modelo francês, o Colégio Real dos Nobres de Lisboa indicava o ingresso do seu alunato o mais cedo possível, entre a idade de oito ou nove anos. Os cursos do Colégio Real dos Nobres tinham por metodologia a memorização e a ilustração dos conhecimentos pela prática, pela

ouviam praticar o que aprendiam em casa; de tal modo que um menino de dezassete anos estava instruído na eloquência, na arte de escrever, porque sabia falar, nas leis da pátria, no sacerdócio, nas leis civis e políticas, que pela prática aprendiam; e vendo diante de si aqueles senadores – um que tinha triunfado, outro que tinha ganhado um reino, outro que tinha decretado leis, como cônsul – enchia-se o coração daqueles ilustres objetos, para imitar aquelas acções ordenando, mandando e obrando” (SANCHES, 19--, p.179-180).

observação, leitura e conversação, a partir do uso do método de explicação de viva voz. A Religião era o primeiro ensino, ministrado por pároco e vigários particulares. Para as disciplinas da mente e do corpo, deveriam ser indicados oficiais militares em número de seis a oito: um major, um vice-major, três ou quatro capitães e tenentes, todos estrangeiros (SANCHES, 19--, p. 193). Sanches propõe um quadro de mestres estrangeiros por acreditar não ser habitual entre eles a prática de distinção ou submissão para com a nobreza, pois “o oficial português, que ensinar ou instruir na sua obrigação um menino fidalgo, sempre lhe mostrará uma distinção ou submissão, e não se atreverá a executar com ele o que pede a disciplina militar” (SANCHES, 19--, p. 194). Para Sanches, os únicos mestres de origem portuguesa seriam os mestres das disciplinas do corpo.

Os mestres de dança, esgrima, equitação e natação, seriam também portugueses, e seriam até os únicos portugueses do conjunto do corpo docente, pois todos os outros professores, de Línguas, de Ciências, de História, de Filosofia, etc., deveriam ser estrangeiros, e as matérias ensinadas ou em Latim ou em Francês (CARVALHO, 1986, p. 445).

Um total de vinte ou vinte e uma lições, ensinadas em latim ou francês, e distribuídas em cinco dias de aula – segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, sexta-feira e sábado; compunham a grade de estudos no Colégio Militar de Lisboa sendo “[...] o dia da quinta-feira destinado inteiramente para o exercício militar – o manejo da espingarda, as evoluções militares e a tática” (SANCHES, 19--, p. 195).

Cinco lições de gramática da sua própria língua, escrevê-la e compor nela com propriedade e elegância; a língua latina, castelhana, francesa e inglesa.

Três lições de aritmética, geometria, álgebra, trigonometria, secções cônicas, etc.

Três lições de geografia, história profana, sagrada e militar. Duas ou três do risco, fortificação, arquitectura militar, naval, civil, com os instrumentos e modelos necessários para aprender estas ciências.

Duas de hidrografia, náutica, com os instrumentos.

Cinco dos exercícios corporais: dança, esgrimir, manuseio da espingarda, montar a cavalo e nadar (SANCHES, 19--, p. 197).

Note que a língua francesa é uma matéria de estudos. Mas ela é, sobretudo, a língua do ensino, o código de acesso aos saberes sistematizados pelas ciências e, por isso, a língua de uso de professores e alunos da instituição. Saber escrever com propriedade em língua portuguesa, bem como escrever e falar línguas estrangeiras aparecem com relativa importância na formação dos oficiais militares. Assim, o ensino de gramática tinha a maior carga horária das aulas.

As línguas estrangeiras indicadas para estudo são as línguas francesa, castelhana e inglesa. Além do ensino sistemático destas línguas estrangeiras, aos alunos do Colégio de Lisboa foi também proposto o “contato” com o alemão e o italiano.

Os mestres para ensinar a língua castelhana, francesa e inglesa necessariamente deviam ser estrangeiros. E na Escola Militar de Paris os serventes são alemães e italianos para que, pelo uso, aprendam aqueles educandos estas línguas, além do ensino que têm dos mestres – método que se devia imitar (SANCHES, 19--, p. 195).

Com a criação do Colégio Real dos Nobres, o Estado português nutria a certeza de ofertar à sua pátria um núcleo de formação de estadistas capazes de engrandecê-la. O pensamento científico de Sanches enfatizava as excelências do método experimental e as virtudes das ciências exatas, da matemática, em particular, como elemento componente do rigor necessário para a construção dos saberes que trariam a modernidade, o progresso.

A língua francesa aparece no Colégio Real dos Nobres com uma finalidade prática, pois todo o curso deveria ser ministrado nesta língua. Assim, o francês funcionava como veículo de acesso aos demais saberes pois

56

[...] ao passo que os educandos souberem a sua língua, a latina e a francesa, a geografia, a cronologia e os elementos da história – devem passar a outras classes, onde se ensinarão as ciências que dependem destes conhecimentos (SANCHES, 19--, p. 195).

O texto de Sanches possui um caráter pragmático, na tentativa de justificar a tutela do ensino pelo Estado, marcando, dessa maneira, o ideal de laicização da educação em Portugal e em seus domínios, embora na prática a instrução pública portuguesa se mantivesse ainda durante mais de um século com forte marca religiosa. No ano seguinte ao da publicação das *Cartas sobre a educação da mocidade*, foi criado o Colégio Real dos Nobres, em Lisboa. Sobre o assunto, Carvalho (1986) defende a ideia de uma relativa influência das proposições das Cartas de Sanches na redação dos estatutos que regulamentaram a criação do Colégio dos Nobres de Lisboa, publicados em 7 de março de 1761. Dizemos relativa influência porque o Colégio

dos Nobres de Lisboa não foi uma Escola Militar, como orientava Ribeiro Sanches, mas uma escola civil com a particularidade de ser destinada também a nobres.

Algumas diretrizes apresentadas por Sanches foram acatadas no texto de fundação do Colégio dos Nobres de Lisboa, como, por exemplo, a composição do quadro de matérias do seu plano de estudos. No Colégio Real dos Nobres foram incluídas matérias como a física e a astronomia e retirada a nação do quadro de atividades físicas. Quanto ao ensino de línguas, ocorreram algumas mudanças como o acréscimo do ensino de grego e italiano e a saída do ensino do castelhano (CARVALHO, 1986).

As *Cartas sobre a educação da mocidade*, de Ribeiro Sanches, assim como a proposta de educação apresentada nos Estatutos de fundação do Colégio Real dos Nobres, são exemplos da tentativa de modernização da educação de Portugal. Elementos como a equidade no tratamento dos nobres, o estudo das línguas e a prática de atividades físicas foram mecanismos adotados com o objetivo de formar um cidadão útil aos propósitos do Estado português naquela altura. As Cartas de Sanches apresentam um projeto de divisão da sociedade em classes, e uma educação com objetivos específicos para o desenvolvimento de cada classe, o que revela, para nós, as implicações políticas a que todo pensamento pedagógico está ligado.

A ACADEMIA REAL MILITAR DO RIO DE JANEIRO E A LÍNGUA FRANCESA

Se na França é criado o primeiro estabelecimento para a formação de militares segundo os preceitos iluministas das ciências matemáticas e das línguas modernas, devemos a Portugal o pioneirismo nas reflexões sobre a matéria, ainda na primeira metade do século XVI. A pedagogia portuguesa, por certo, já iniciava um movimento de transformação com a publicação, em 1746, da obra *O Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Verney (1713-1792), intelectual e militante político que muito contribuiu no campo da educação (NASCIMENTO, 2010). As páginas do *Verdadeiro Método de Estudar para ser útil à República e à Igreja, proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal* são progressistas e abordam o ensino em seus vários níveis e nos seus diversos setores, tendo seus ecos repercutidos no Brasil.

O Verdadeiro Método de Estudar segue o formato epistolar, muito comum na literatura da época. A obra reúne dezesseis cartas escritas na Itália por um autor anônimo, identificado apenas por pertencer à Ordem Franciscana, endereçadas a um doutor da Universidade de Coimbra, em Portugal. Cada carta reflete sobre um tema dos estudos então vigentes em Portugal, indo dos estudos elementares às diversas faculdades. Em resumo, as dezesseis cartas de Verney discorrem sobre a utilidade e a necessidade das matérias de ensino, sobre o método a ser empregado nos cursos, assim como os erros que deveriam ser

evitados. As dezesseis cartas aparecem ordenadas segundo as áreas de saber e são assim apresentadas em índice:

- I – Gramática e Ortografia da Língua Portuguesa;
- II – Gramática Latina;
- III – Latinitude;
- IV – Grego e Hebraico (e línguas modernas);
- V e VI – Retórica;
- VII – Poética;
- VIII – Filosofia e Lógica;
- IX – Metafísica;
- X – Física;
- XI – Ética;
- XII – Medicina;
- XIII – Jurisprudência;
- XIV – Teologia;
- XV – Direito Canônico;
- XVI – Observações várias (sobre a organização prática dos estudos e sobre a educação das mulheres).

Ao refletir sobre a educação, Verney faz críticas ao modelo de instrução vigente em Portugal. Ele propõe mudanças estruturais como a concessão da possibilidade de estudos àqueles que anteriormente não se enquadravam institucionalmente, como os nobres, que deveriam ter os seus próprios colégios, bem como às mulheres, que agora teriam acesso à instrução. Os pobres não deveriam ter uma educação contínua, mas apenas a suficiente para desenvolver suas atividades profissionais, assim como pensou alguns anos depois Ribeiro Sanches, em suas *Cartas sobre educação da mocidade*. Já os nobres, deveriam ser formados para ocuparem os cargos que por direito já lhes pertenciam, em sua maioria, funções burocráticas e de comando.

Dos saberes necessários para o desenvolvimento de um Portugal moderno, as línguas aparecem com importância no texto de Verney. Como novidade pedagógica, é proposta para o nobre português uma formação linguística nas línguas clássicas, como o latim e grego, mas também nas línguas modernas, com destaque para o português, língua vernácula, e o francês, língua estrangeira. O ensino de português passou a ser defendido como essencial para qualquer estudo posterior, sendo por Verney ressaltada a necessidade de valorização da sua própria língua, “[...] tratando-a bem, lendo bons autores e acima de tudo, não utilizando termos estrangeiros, quando existissem equivalentes em sua língua nativa” (VERNEY, 1746, p. 32). A importância dada ao ensino de português é defendida por Verney em vários momentos de seu discurso, principalmente quando trata do ensino de outras línguas que, segundo ele, “[...] se deve explicar na língua que um homem sabe” (VERNEY, 1746, p. 48).

No “apêndice II da Carta Primeira”, Verney justifica a necessidade e a importância do estudo das Línguas Vivas nos mesmos termos de Martinho de Mendonça, mas opta pelo “francês ou italiano”, pois “nestas línguas se tem composto em todas as Ciências, de que não temos traduções latina”. Seguindo o exemplo de “ingleses, holandeses, franceses, alemães, etc.”, o autor descartava a exigência da aprendizagem da Gramática Latina para se ter acesso à Ciência, pelo grau de dificuldade enfrentado pelos “rapazes”. Pela prática da tradução dos livros ingleses e franceses, argumentava, citando o caso dos “Transmontanos”, seria possível, com o tempo, compor originalmente (OLIVEIRA, 2006, p. 272-273).

O ensino de línguas, em especial, da língua francesa, era defendido em sua finalidade instrumental. Saber francês significava uma maior integração na comunidade internacional tendo em vista que as novidades da modernidade estavam escritas em francês. Estas ideias pedagógicas só viriam a ser reveladas no reinado de D. José I, domínio que marcou um novo e decisivo tempo para o ensino em Portugal e no Brasil.

No território do Brasil, a vinda da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX pode ser considerada o início do processo de estabelecimento de um Estado iluminista na América. No que tange à educação, com a justificativa de formar um corpo de milícias para a defesa da costa do Brasil foi proposta a criação de uma instituição de orientação militar segundo os modelos já existentes em Portugal e na França. Assim, no ano de 1810, é criada no território do Brasil a Academia Real Militar do Rio de Janeiro. Seus estatutos de fundação foram publicados na Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, documento de apresentação da estrutura e do funcionamento da instituição. Dos assuntos tratados no estatuto da Academia do Rio de Janeiro, o caráter ornamental das línguas clássicas se apresentava incompatível com o atual século de progressos, sendo por isso justificado o ensino das línguas modernas como um instrumento de acesso ao conhecimento científico da época.

Para além das questões de ensino e estudo, é interessante entender que nesse momento a língua francesa era um saber formativo, uma prerrogativa de ingresso nas instituições de ensino. Na Academia do Rio de Janeiro, os candidatos que possuíssem o conhecimento em língua francesa, segundo o

Título Quarto do estatuto de 1810, seriam preferidos aos que não possuísem tal conhecimento.

Os discipulos que quizerem ser admittidos, se dividirão nas duas classes de obrigados e voluntarios. Tanto os primeiros como os segundos, serão obrigados a pedir a sua admissão á Junta Militar, que mandará proceder ao exame do que sabem em arithmetica; sendo todos obrigados a terem ao menos 15 annos de idade, e a darem conta das quatro primeiras operações, sem o que a Junta não poderá conceder-lhes a sua admissão. Os que souberem a lingua latina, grega, e as linguas vivas, occuparão os primeiros logares nas aulas, e serão os seus nomes postos nos primeiros logares nas listas que se publicarem da sua matricula, e quando forem depois despachados, terão preferencia na mesma antiguidade (BRASIL, 1891, p. 232).

Seguindo as transformações pedagógicas já pensadas para o território europeu, a criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro apresentou novidades em seu plano de estudos. Para a formação do militar no Brasil, além do estudo das ciências matemáticas, eram também recomendados aos oficiais o estudo das línguas francesa, italiana e inglesa como matérias usuais no ensino das Humanidades. Este tipo de instrução, segundo Chervel e Compère (1999), é secular e tem origem nos princípios da formação militar na antiga Grécia. Baseada, de um lado, no conhecimento prático, de outro, a instrução do tipo militar está apoiada em textos vindos de uma longa tradição no estudo da língua, útil à comunicação e à persuasão.

Com isso, quero dizer que a língua francesa teve a sua natureza discutida e reconhecida pelos reinos europeus em seus

projetos de formação de um tipo especial de homem: o “perfeito militar”. Ele deveria ser instruído numa educação apoiada na longa tradição oriunda da antiguidade clássica e voltada majoritariamente para o domínio da língua e o controle da palavra, mas também orientado para o domínio e controle das técnicas da guerra, para o conhecimento de cunho científico que despontava na modernidade com as novidades matemáticas, com o qual ingressaria no mundo profissional.







O ENSINO DE FRANCÊS NO
BRASIL COLONIAL: O CASO
DA ACADEMIA REAL MILITAR
DO RIO DE JANEIRO



A ACADEMIA REAL MILITAR DO RIO DE JANEIRO E A CARTA DE LEI DE 04 DE DEZEMBRO DE 1810

D. João, por graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber a todos os que esta carta virem, que tendo consideração ao muito que interessa ao meu real serviço, ao bem publico dos meus vassallos, e á defensa e segurança dos meus vastos domínios, que se estabeleça no Brazil e na minha actual Côrte e Cidade do Rio de Janeiro, um curso regular das Sciencias exactas e de observação, assim como de todas aquellas que são applicações das mesmas aos estudos militares e praticos que formam a sciencia militar em todos os seus difficeis e interessantes ramos, de maneira que dos mesmos cursos de estudos se formem haveis officiaes de Artilharia, Engenharia, e ainda mesmo Officiaes da classe de Engenheiros geographos e topographos, que possam tambem Ter o util emprego de dirigir objectos adminsitrativos de minas, de caminhos, portos, canaes, pontes, fontes, e calçadas: hei por bem que na minha actual Corte e Cidade do Rio de Janeiro se estaveleça uma Academia Real Militar para um curso completo de sciencias mathematicas, de sciencias de observações, quaes a physica, chimica, mineralogia, metallurgia e historia natural, que comprehenderá o reino vegetal e animal, e das sciencias militares em toda a sua extensão, tanto de tactica como de fortificação, e artilharia, na fórma que mais abaixo mando especificar; havendo uma Inspeção geral que pertencerá ao Ministro e Secretario de Estado da Guerra, e immidia-

tamente debaixo das suas ordens á Junta Militar que mando crear para dirigir o mesmo estabelecimento, que sou servido ordenar na fórma dos seguintes estatutos (BRASIL, 1891, p. 232).

Com estas palavras é iniciado o texto de um dos mais importantes documentos da história da instrução militar no Brasil. Trata-se da Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810, promulgada pelo então príncipe regente português, futuro rei D. João VI, com o objetivo de criar em terras brasileiras a Academia Real Militar do Rio de Janeiro. Segundo Telles (2003), a Academia Real Militar do Rio de Janeiro foi a primeira instituição de ensino de orientação militar a funcionar nas Américas e a terceira no mundo ocidental. Este vanguardismo no campo da educação, como vimos, só teve como antecedentes as instituições de ensino militar francesa e portuguesa, criadas em janeiro de 1751 e em março de 1761, respectivamente.

Vale lembrar que o episódio da transferência da corte portuguesa para a América nos oitocentos acabou por acelerar a organização do Brasil em instâncias políticas e administrativas. Como suporte à emergente metrópole tropical, muitas medidas foram tomadas em diferentes frentes. Instituições foram criadas, a exemplo do Banco do Brasil, da Real Fábrica de Pólvoras e do Supremo Conselho Militar e de Justiça, e importantes medidas de governo foram tomadas, como a abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro e a publicação de um manifesto declarando guerra ao imperador dos franceses, para citarmos apenas algumas delas (OLIVEIRA, 2022, p. 101).

É a chegada da Família Real ao Brasil que impõe ao novo império uma grande onda desenvolvimentista com o

fito de gerar as condições mínimas de governabilidade por parte dos integrantes da corte portuguesa. A abertura de várias instituições de nível superior a exemplo das escolas de Direito em São Paulo e em Olinda (1827), das escolas de Medicina da Bahia (1815) e do Rio de Janeiro (1813) e da Academia de Belas Artes (1820) visava formar aqui mesmo no Brasil, uma *intelligentsia* que pudesse assumir importantes postos da burocracia e da vida intelectual brasileira (ABREU, 2006, p. 7).

Apesar da importância do assunto, a instrução era uma questão comum aos três ministérios que compunham o governo de D. João VI no Brasil, não sendo estabelecido por ele um órgão específico para o trato com a matéria, como afirma Oliveira (2006).

Seu ministério era composto por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745 - 1812), o Conde de Linhares como Ministro da Guerra e dos Estrangeiros; D. Fernando José de Portugal, depois Conde e Marquês de Aguiar (1752 - 1817), na pasta dos Negócios do Brasil; e João Rodrigues de Sá e Melo, o Visconde de Anadia (1755-1809), depois Conde do mesmo título, no Ministério da Marinha e Ultramar (OLIVEIRA, 2006, p. 103).

A Academia Real Militar do Rio de Janeiro é, pois, uma das primeiras ações da administração portuguesa no Brasil. Seu idealizador foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), o Conde de Linhares, afilhado do Marquês de Pombal e então ministro da Guerra e dos Estrangeiros. Abreu (2006), analisando o processo de criação da Academia do Rio de Janeiro, atendeu para as dificuldades enfrentadas pelo Conde de Linhares como, por exemplo, a declarada resistência dos generais por-

tugueses residentes no Brasil e das instituições de formação militar já existentes em Portugal, que tentaram inviabilizar seu projeto de criação. Para os oficiais portugueses, a fundação de uma instituição dessa natureza no Brasil significava a retirada dos postos de mando das mãos dos oficiais nascidos e instruídos em Portugal. Na tentativa de dificultar a criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro foi negado o pedido de remessa de material didático utilizado nas escolas militares portuguesas que versasse sobre estratégia militar. Apesar da tentativa de boicote, a criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro justificava-se pela urgente necessidade de defesa bélica “com vistas a formar um contingente de oficiais compatível com as dimensões territoriais brasileiras”, atuantes no plano de imediata modernização nacional (ABREU, 2006, p. 8).

Seria dela a função de formar um contingente de engenheiros que fosse capaz de, sem oferecer resistências maiores, ser enviado para todos os cantos do Império a fim de concretizar a construção de obras públicas surgidas das demandas que o desenvolvimento impunha (ABREU, 2006, p. 8).

Dessa forma, a Academia do Rio de Janeiro buscava formar não só “oficiais para as armas”, mas também “engenheiros, geógrafos e topógrafos com a finalidade de conduzir estudos e elaborar trabalhos em minas, caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas” (TELLES, 2003, p. 4). Para tanto, a valorização do conhecimento científico moderno como parte dos saberes da formação intelectual de sua oficialidade pode ser considerada um aspecto inovador à configuração cultural do exército. No território do Brasil, a instituição da Academia

Real Militar do Rio de Janeiro como espaço formativo pautado em parâmetros racionalistas, confiantes no progresso garantido pelo avanço das ciências modernas, acompanhava o movimento das reformas pombalinas da instrução pública já iniciadas em Portugal ainda na segunda metade do dezoito.

A Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810, promulgada por D. João VI, é o documento de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro. Em seus 12 Títulos, a Carta de 1810 descreve com detalhes a estrutura administrativa, a direção e a organização da instituição, bem como os programas e livros a serem adotados, os requisitos e vencimentos dos professores, a organização das aulas, os exames e prêmios para os discentes. Ela é o primeiro regulamento da Academia, vigente até o ano de 1832, quando são então reformados os seus estatutos. Com sua criação confiada ao Conde de Linhares e “[...] com o texto de autoria dos engenheiros Tte. Gen. Nacion, primeiro Presidente da Junta Diretora da Academia, Cel. José Manoel da Silva e Cel. Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro Marquês de Baependi¹ e primeiro Ministro da Fazenda do Império”, foram definidas as finalidades e funcionamento da instituição (TELLES, 2003, p. 6).

A finalidade da Academia era formar oficiais de “Artilharia” e oficiais de “Infantaria e de Cavalaria” em um curso teórico e prático de “Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais”,

¹ Sobre a atuação de Manuel Jacinto Nogueira da Gama junto à Academia Real Militar do Rio de Janeiro, Sisson (1999) afirma que “Enquanto na carreira militar administrativa assim prosseguia, era chamado a prestar outros serviços, e indefeso sempre acudia ao reclamo. Instalada em 1811 a Real Academia Militar (que depois de tantas transformações e mudanças de nome ainda subsiste sem grande alteração no essencial), foi ele nomeado deputado da junta que a devia dirigir, e inspetor das suas aulas, lugar que serviu sem estipêndio até o ano de 1821” (SISSON, 1999, p. 238).

de “Engenharia e Ciências Militares”, e um curso do que hoje entende-se por engenharia civil (TELLES, 2003). A duração dos cursos e as matérias de ensino dispensadas para a formação dos oficiais de artilharia eram distintas da formação dos oficiais de infantaria e de cavalaria. Enquanto os artilheiros e engenheiros tinham um curso de, em média, sete anos, os infantas e cavalarios permaneciam na Academia por somente dois anos.

Além da diferença no tempo de estudos, a curta formação dos oficiais de infantaria e de cavalaria dava-se muito mais pela prática do que pela teoria. Nomeados pejorativamente por “tarimbeiros”, estes oficiais eram considerados uma tropa de menor valor intelectual por ser “aquele destinado a conduzir o grosso das tropas a pé (infantes) ou a cavalo (cavalarios)”, oficiais aptos ao manuseio de “uma estrutura de formação muito mais simplificada que as ditas ‘científicas’” (ABREU, 2006, p. 9). Para as funções de infantaria e cavalaria, os alunos eram obrigados ao primeiro ano do curso matemático e ao primeiro ano do curso militar. Já para os postos de oficiais de engenharia e de artilharia, a formação era de sete anos e o seu aproveitamento contava para a promoção do aluno em oficial.

Esta divisão das distintas formações, já conceitualmente explícita no estatuto de 1810 fez surgir, dentro da própria corporação, estereótipos que distinguiam os grupos de alunos entre científicos, para aqueles que seguiam as carreiras de artilheiro ou engenheiro e tarimbeiros, para os oficiais que faziam os cursos de infantaria e de cavalaria. Esta segregação, nascida entre os próprios alunos da escola, era um reflexo da duração do curso ao qual cada grupo era submetido. Enquanto os artilheiros e engenheiros tinham um curso mais lon-

go, com sete anos em média, os infantes e cavalarianos permaneciam na escola por somente dois anos. A duração do curso refletia, logicamente, a quantidade de disciplinas cursadas por cada um dos grupos de oficiais (ABREU, 2006, p. 9).

No “Título Primeiro” da Carta de Lei, denominado “da Junta Militar”, o documento estabelece as diretrizes da administração da Academia no que tange à sua constituição e funcionamento. Deveria, pois, ser ela composta por uma junta formada por um “Presidente” com patente de tenente general e por quatro ou mais oficiais com patentes de, no mínimo, coronel. O primeiro presidente da Junta Militar da Academia Real Militar do Rio de Janeiro foi o italiano, Tte. Gen. Carlos Antônio Nacion (1757-1814) e a primeira Junta Diretora foi composta pelos oficiais Marechal Francisco de Borja Garção Stockler, futuro Barão de Vila da Praia (1759-1829), pelo brigadeiro João Manuel da Silva (1770-1849) e pelo Brigadeiro Manuel Jacinto Nogueira da Gama, o de Marquês de Baependi (1765-1847) (TELLES, 2003, p. 7). À Junta eram orientadas reuniões que deveriam ocorrer “uma vez cada mez ordinariamente, além da época do principio e fim dos estudos em cada anno, e extraordinariamente quando for convocada, ou pelo seu Presidente ou por ordem especial do Inspector Geral” (BRASIL, 1891, p. 232).

A Carta de Lei determina a composição de um corpo de dezesseis professores, sendo onze docentes do quadro efetivo e cinco professores substitutos. Segundo o documento, a Academia deveria também dispor, em sua estrutura, de um “Guarda-livros”, que seria também o “Secretário” do estabelecimento e de um “Guarda-instrumentos e de Guardas”, dos

quais um assumiria a função de “Porteiro”. A lei também discorre sobre a organização dos espaços físicos da instituição que deveria dispor de um observatório, de um gabinete mineralógico, um gabinete de física e de química e de uma “[...] casa dos modelos das máquinas de mecânica e hidrodinâmica” (BRASIL, 1891, p. 232).

Para o ingresso nos cursos da Academia Real Militar do Rio de Janeiro algumas prerrogativas são estabelecidas neste regulamento. Segundo o documento, os candidatos aos cursos de formação deveriam ter a idade mínima de quinze anos e deveriam submeter sua “admissão á Junta Militar, que mandará proceder ao exame do que sabem em arithmetica [...], e a darem conta das quatro primeiras operações, sem o que a Junta não poderá conceder-lhes a sua admissão” (BRASIL, 1891, p. 232). Neste exame de admissão, além dos conhecimentos matemáticos, o candidato era também avaliado em suas competências linguísticas, sendo eleitos àqueles que dominassem estes conhecimentos, segundo o “Título Quarto”, que versa sobre os “discipulos e condições que devem ter para serem admitidos, assim como das diversas classes, em que deverão subdividir-se” (BRASIL, 1891, p. 232).

Os que souberem a lingua latina, grega, e as linguas vivas, occuparão os primeiros logares nas aulas, e serão os seus nomes postos nos primeiros logares nas listas que se publicarem da sua matricula, e quando forem depois despachados, terão preferencia na mesma antiguidade (BRASIL, 1891, p. 232).

A Carta de 1810 ainda discorre sobre a organização do tempo das aulas. Assim, o ano letivo deveria ter nove meses,

com início dos cursos em primeiro de abril. As atividades deveriam seguir de abril até a véspera do Natal, sendo o mês de janeiro dedicado aos exames dos alunos. Nos cursos, cada lição deveria ter a duração de uma hora e meia, sendo o turno da manhã dividido em duas ou três lições de matérias de ensino distintas, indo das sete e meia ou oito horas até às onze ou meio dia. Os primeiros quarenta e cinco minutos de aula deveriam ser destinados à explicação pelo professor do conteúdo de ensino, ficando o restante do tempo destinado à arguição da matéria da aula anterior (BRASIL, 1891, p. 232).

O primeiro ano do curso de formação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro foi pensado como uma espécie de curso preparatório para a formação superior. Assim, os alunos eram iniciados em “Arithmetica e Algebra”, “Desenho”, “Geometria”, “Trigonometria Rectilínea”, “[...] dando também as primeiras noções da Espherica como disciplinas” (BRASIL, 1891, p. 232). O segundo, terceiro e quarto anos eram compostos de matérias de nível superior, “repetindo e ampliando as noções de calculo já dadas no primeiro anno” e permanecendo em todos os anos subsequentes lições de “Desenho” e de “Arithmetica e Algebra” (BRASIL, 1891, p. 232). Às matérias de ensino do segundo ano somavam-se os conceitos da “Mecanica”, “Hydrodynamica”, “Optica”, “Geometria Descriptiva” e “Cálculo Differencial e Integral” (BRASIL, 1891, p. 232). No terceiro ano, “os princípios de Mecanica, tanto na Statica como na Dynamica, e os da Hydrodynamica, tanto na Hydrostatica, como na Hydraulica”, aparecem como matérias de ensino (BRASIL, 1891, p. 232).

Os três últimos anos de formação na Academia do Rio de Janeiro contavam com matérias do curso de engenharia e das

ciências militares. Dessa forma, o quarto ano de estudos na Academia do Rio de Janeiro apresentava aos alunos conhecimentos sobre “Trigonometria Espherica”, “principios de Optica, Catoptica e Dioptrica” e “Physica”, bem como “noções geraes sobre a Geographia do globo e suas divisões” (BRASIL, 1891, p. 232). O quinto ano se ocupava do estudo sobre a “Topografia”, sobre a “Tactica, Estrategia, Castrametação, Fortificação de campanha”, bem como sobre os conceitos da “Chimica” (BRASIL, 1891, p. 232). O sexto ano tomaria como conhecimentos a serem ensinados a “Fortificação regular e irregular: ataque e defesa das praças, principios de Architectura Civil, traço e construcções das estradas, pontes, canaes e portos” e “Mineralogia” (BRASIL, 1891, p. 232). Já no sétimo ano do curso, os alunos aprenderiam sobre “Artilharia theorica e pratica, Minas e Geometria subterranea” e teriam instruções sobre “Historia Natural nos dous Reinos animal e vegetal” (BRASIL, 1891, p. 232).

A Carta de Lei de 1810 previa ainda um oitavo ano de formação assim que fosse possível organizar uma biblioteca científica e militar. A lei orientava que o professor de “Historia Militar” fosse também bibliotecário, e explicasse “a historia militar de todos os povos; os progressos que na mesma fez cada nação; e dando uma idéa dos maiores Generaes nacionaes e estrangeiros, explicará tambem os planos das mais celebres batalhas” (BRASIL, 1891, p. 232). De forma resumida, são pelo texto da lei estabelecidas as seguintes matérias de ensino para os cursos de formação na Academia do Rio de Janeiro:

Quadro 1- Matérias de ensino da Academia Real Militar do Rio de Janeiro com base na Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810.

Ano de estudo	Matérias de ensino
1° ano	Arithmetica*, Algebra*, Desenho*, Geometria, Trigonometria Retilínea, Espherica, Lingua Franceza**, Ingleza** e Allemã**
2° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Geometria Descriptiva, Cálculo Diferencial e Integral, Mecânica, Hydrodynamica e Optica, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã
3° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Mecânica Statica e Dynamica, Hydrodynamica, Hydrostatica, Hydraulica, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã
4° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Trigonometria Espherica, Optica, Catoptica e Dioptica, Mecânica, Physica, Geographia do globo e suas divisões, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã
5° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Tactica, Estrategia, Castrametação, Fortificação de Campanha, Chimica, Topografia, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã
6° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Fortificação Regular e Irregular, Architectura Civil, Mineralogia, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã
7° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Artilharia Theorica e Prática, Mineralogia, Geometria Subterranea, História Natural, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã
8° ano	Arithmetica, Algebra, Desenho, Historia Militar, Lingua Franceza, Ingleza e Allemã

* As matérias de ensino de “Arithmetica, Algebra, Desenho” fazem parte do programa de disciplinas dos oito anos de formação, sendo seus conteúdos aprofundados progressivamente.

** As matérias de ensino de “Lingua Franceza, Ingleza e Allemã” fazem parte do programa de disciplinas dos oito anos de formação.

Fonte: Elaborado pela autora com base na Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810.

Sobre os professores das matérias de ensino “Lingua Franceza, Ingleza e Allemã”, o “Título Segundo” da Carta de 1810 esclarece que teriam por obrigação a possibilidade de substituírem uns aos outros em caso de ausência. Esta configuração expressa em lei dá ao ensino das línguas estrangeiras um caráter que é facultativo. Contudo, é importante lembrar que o saber linguístico aparece como prerrogativa de acesso aos cursos de formação da Academia Militar do Rio de Janeiro. E das línguas estrangeiras estudadas pelos oficiais, o francês é,

sem dúvida, a língua de maior importância, pois as referências bibliográficas indicadas nos cursos da Academia eram majoritariamente produções francesas. Entre os intelectuais que os professores da Academia do Rio de Janeiro poderiam tomar como referência, a Carta de Lei de 1810 cita nomes como La Croix, Le Gendre, Delambre, para as matérias do primeiro ano; Gaspard Monge, para as do segundo ano; Francoeur, Prony, Abade Bossut, Fabre, Gregory, Bézout, Robins, no terceiro ano; Le Gendre, La Caule, La Lande, La Place, Haüy e Brisson, no quarto ano; Guy de Vernon, Lessac, Lavoisier, Vauquelin, Fourcroy, La Grange e Chaptal, no quinto ano; Bossut, Werner, Napion e Brochant, no sexto ano e Roza, Lineu, Jussieu e La Cepède, para as matérias de estudo do sétimo ano.

78

[...] julgando-o necessario a Junta poderá propor que se estabeleçam Professores da Lingua Franceza, Ingleza e Allemã; e será obrigação dos Professores substituirem-se uns aos outros, quando succeda não bastarem os Substitutos, de maneira que jámais se dê caso de haver cadeiras que deixem de ser servidas, havendo alumnos que possam ouvir lições (BRASIL, 1891, p. 232).

O texto da lei ainda estabelece equidade entre os militares formados no Brasil e em Portugal. Com isso, os professores e alunos da Academia Real Militar do Rio de Janeiro gozariam das mesmas regalias que os docentes e discentes da Universidade de Coimbra.

Os Professores da Academia Real Militar, além do que já fica expresso a seu respeito, gozarão todos os privilegios, indultos e franquezas que tem e gozam os Lentos da Universidade de Coimbra. Serão tidos e havidos

como membros da faculdade de mathematica existente na dita Universidade; sem que entre os Lentes da Academia Real Militar, e os de Coimbra, se haja de interpôr differença alguma, ainda a respeito daquellas graças e franquezas que requerem especial e expressa menção, porque quero que tambem estes sempre se entendam, e julguem comprehendidos, e serão considerados em tudo e por tudo como se realmente regessem as suas respectivas cadeiras na mesma Universidade. Os discipulos que legitimamente frequentarem a dita Academia, gosarão dos mesmos privilegios e franquezas, que se concedem aos estudantes da sobredita Universidade (BRASIL, 1891, p. 232).

Com um ordenado de 400.000 (quatrocentos mil) réis² por ano para os professores efetivos e de 200.000 (duzentos mil) réis por ano para os substitutos, o equivalente a cerca de 8 (oito) mil reais por ano para os professores efetivos e de 4 (quatro) mil reais por ano para os substitutos, todos os docentes da Academia Real Militar do Rio de Janeiro deveriam ter sua nomeação indicada pela Junta Militar, carecendo de serem oficiais de prestígio e alta patente.

O regulamento da instituição incentivava “conhecer aos discipulos, não só o necessario encadeamento do que lhes tiver ensinado, mas ainda as consequencias que se seguem das verdades mostradas”, orientando-os a utilização de diferentes

² As mudanças de moedas e períodos de inflação que o Brasil atravessou em sua história impedem, segundo especialistas, de termos uma noção dos valores monetários de épocas passadas. O Réis foi a moeda brasileira que ficou em circulação até 30 de outubro de 1942 e um cálculo informal e aproximado de conversão para a atual moeda brasileira em circulação, o Real, foi realizado baseando-se no preço dos jornais publicados pelo *Jornal Estadão* no século XIX. Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-funciona-o-conversor-de-valores>. Acesso em: 10 nov. 2015.

métodos para a resolução de um problema prático, como bem esclarecem os sexto e sétimo títulos da Carta de Lei (BRASIL, 1891, p. 232). O regulamento dava, dessa forma, especial ênfase aos exercícios práticos como metodologia de ensino, sendo os professores “obrigados a sahir ao campo com os seus discipulos, para os exercitar na pratica das operações que nas aulas lhes ensinam”, como sinalizado em seu “Título Oitavo” (BRASIL, 1891, p. 232).

Em seu “Título Segundo”, intitulado “Numero dos Professores, Sciencias, que Devem Ensinar, e dos Seus Substitutos”, a Carta de Lei de 1810 atribui como importante função docente a atividade de elaboração de compêndios atualizados e escritos em língua portuguesa (BRASIL, 1891, p. 232). Para a elaboração dessas obras, a lei orientava que o professor da Academia do Rio de Janeiro tivesse o conhecimento das importantes descobertas científicas no campo das ciências matemáticas, não podendo “ser adiantados em postos, nem obter recompensas e graças, sem que cada um delles tenha organizado e feito a seu compendio pelo methodo determinado nos Estatutos, e sem que o seu trabalho seja approvedo pela Junta Militar” (BRASIL, 1891, p. 232).

O Lente deverá formar o seu compendio debaixo dos principios de algebra, calculo differencial e integral de la Croix, e terá cuidado de ir adicionando todos os methodos e novas descobertas que possam ir fazendo-se. [...] Estará ao cuidado do professor apontar no seu compendio a facilidade com que se deduzem as consequencias que formam as mesmas sciencias, e abrir assim o caminho que se deseja; o que elle conseguirá se procurar dar aos seus discipulos o conhecimento intimo dos principios de calculo, e se com mão destra

lhes grangear não só a facilidade do calculo, mas se lhes ensinar o modo de advinhar o que luminosamente elle aponta, e que muitas vezes o olho pouco conhecedor não sabe distinguir, nem entender em toda a sua extensão (BRASIL, 1891, p. 232).

Os compêndios, ou seja, os manuais de ensino, os livros sobre as matérias de estudo elaborados pela e para a Academia Real Militar do Rio de Janeiro seriam posteriormente lançados com recursos do governo português pela também recém-criada Imprensa Régia³, colocando-se entre seus primeiros livros publicados (TELLES, 2003). A hegemonia do comércio de livros franceses é um reflexo, entre outros fatores, de sua grande produção intelectual, sendo citados pelo estatuto da Academia Real Militar do Rio de Janeiro mais de trinta autores pelos quais os “Lentes”, ou seja, os professores deveriam guiar-se. E é sobre os compêndios escritos em língua francesa e os compêndios para o ensino da língua francesa que versarão as páginas que seguem.

³ A Imprensa Régia foi estabelecida pelo decreto de 13 de maio de 1808 com a finalidade de se imprimir toda a legislação e papéis diplomáticos provenientes das repartições reais como também quaisquer outras obras de interesse do rei. Durante os anos de 1808 a 1821, cerca de mil títulos foram impressos, sem contar os atos governamentais. No dia em que foi criada, foi lançada sua primeira obra: *Relação dos despachos publicados na Corte pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no faustíssimo dia dos anos de S. A. R. o Príncipe Regente N. S. e de todos os mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brasil até o dito dia*. Subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sua abertura no Brasil representou o fim da proibição de instalação de tipografias, que vigorou durante o período colonial (CAMARGO, 2011).

OS COMPÊNDIOS EM LÍNGUA FRANCESA

No estatuto de fundação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro estão definidos os conteúdos a serem ensinados, institucionalizando os saberes a serem transmitidos, bem como as práticas que possibilitam a sua transmissão. O compêndio é tomado como elemento fundamental desta prática, repercutindo pelos seus conteúdos de estudo as ideias pedagógicas que os fundamentam, assim como as suas finalidades. De forma simplificada, podemos entender o compêndio como um tipo de livro que reúne o que se sabe sobre um determinado tema, um determinado saber. Com a institucionalização do uso de compêndios como materiais industrializados para o estudo, de uso em sala de aula, muitos deles, escritos em francês e publicados na França, foi sistematizada a circulação e a apropriação de saberes, em seus valores eufóricos, da nação tida como a mais avançada da Europa.

Diferente do que ocorria com os saberes das “Ciências Matemáticas, Físicas, Químicas, Militares e Naturais”, no que se refere à indicação bibliográfica, para a matéria de ensino “Lingua Franceza”, o estatuto da Academia do Rio de Janeiro não faz menção a nenhum autor ou obra de referência, talvez pelo seu caráter facultativo. Mas apesar de não listados nas referências bibliográficas no estatuto de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, os compêndios para o ensino de francês foram catalogados no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o que nos garante a sua entrada na América

portuguesa. Todavia, o trânsito das obras era lento e dispendioso, decorrência da constante e rígida censura a que todo material impresso era submetido. Este controle, segundo Abreu (2003), tinha por objetivo, além da vigilância das ideias difundidas, a manutenção dos interesses corporativistas de impressores e vendedores de livros.

[...] Rio de Janeiro, cidade referida, na maior quantidade de pedidos, como o destino para o qual se remetiam obras impressas. É verdade que o volume de referências à Bahia era semelhante, mas o fato de a corte portuguesa ter-se transferido para o Rio de Janeiro [...] aí instalaram-se livreiros e negociantes estrangeiros, abriam-se bibliotecas, fundaram-se teatros, criaram-se jornais, dando maior animação à cidade e ampliando as possibilidades de contato com livros (ABREU, 2003, p. 15).

Sabemos que o crescimento da demanda por livros no território do Brasil foi estimulado com a promulgação da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, documento que concedia o direito aos habitantes do Brasil de importarem bens de outras localidades que não Portugal, estando grande parte do comércio de livros nas mãos dos franceses. Dessa forma, o domínio cultural exercido pela França proporcionou aos editores oportunidades comerciais em muitos mercados estrangeiros, somados a uma receptividade excepcional a todos os adornos da cultura francesa (HALLEWELL, 2005).

Além das importações, a inauguração oficial do novo prelo no Brasil, em 13 de maio de 1808, fez aumentar a oferta e a consequente circulação de livros entre nós. Sabemos que a criação da Imprensa Régia tinha por missão a publicação dos documentos oficiais da coroa portuguesa na América mas ela

também funcionou como uma espécie de órgão de auxílio na promoção da educação pública. Figuram entre as produções dos dez primeiros anos de funcionamento da Impressão Régia trabalhos relacionados a problemas de interesse do governo como economia, política e saúde pública, mas também um número representativo de compêndios.

A Impressão Régia executou também uma quantidade notável de trabalhos para livreiros particulares, podendo ser distinguidas as publicações oficiais, expressas “por ordem de S. A. R.”, das demais produções que apresentavam apenas a declaração “com licença de S. A. R.”, onde S. A. R. significava “Sua Alteza Real”. Entre as primeiras publicações do prelo oficial, figuram cerca de treze obras com temas ou autores indicados para uso nos cursos oferecidos pela Academia Real Militar do Rio de Janeiro. São elas, a saber:

[...] 1809: *Elementos de Álgebra*, de Euler e *Elementos de Geometria*, de A. M. Le Gendre, ambos traduzidos por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães.[...]

1810: *Tratado de Aritmética*, por Lacroix, traduzido por Silva Torres; *Tratado Elementar de Física*, de Haüy (2 volumes ilustrados, com 400 páginas cada um) [...]

1812: *Elementos de Álgebra*, de Lacroix, traduzido por Francisco Correia da Silva Torres; *Elementos de Geometria Descritiva Extraídos da Obra de Monge*, de José Vitorino dos Santos e Souza; *Tratado Elementar de Mecânica*, de Francoeur, traduzido por José Saturino da Costa Pereira. [...]

1813: *Tratado de Óptica*, de La Calille, traduzido por André Pinto; *Preleções Philosophicas Sobre a Theoria do Discurso e da Linguagem, a Esthetica, a Diceósyna e Cosmologia*, de Silvestre Pinheiro Ferreira; *Tratado Ele-*

mentar de Arte Militar, de Gay de Vernon, traduzido por João de Souza Pacheco Leitão. [...]

1814: *Elementos de Astronomia*, compilados por Araújo Guimarães para a Real Academia Militar. [...]

1816: *Filosofia Química*, de A. F. Fourcoy, traduzido por Henriques de Paiva. [...]

1817: *Corografia Brasileira, ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brasil*, de Manuel Aires de Cabral (HALLEWELL, 2005, p.112-114).

Note, pelos títulos dessas obras, uma hegemonia na produção de compêndios sobre as ciências matemáticas, campo do saber que vivia um período de grandes descobertas, o que certamente aqueceu o mercado de livros. Ao menos nos anos iniciais da inauguração da Impressão Régia não há qualquer registro da publicação de compêndio para o ensino de francês no Brasil, sendo eles importados, em sua maioria, da França. O estudo de obras publicadas e/ou utilizadas para o ensino de francês é um campo de pesquisa em pleno desenvolvimento na Europa, com investigações sobre a história dos manuais escolares de francês¹ desde os anos finais de 1970 mas que no Brasil é ainda bastante iniciante.

¹ Do trabalho de inventariação, catalogação, descrição e análise de compêndios de francês são relevantes as contribuições de Elisabete Hammar, na Suécia, com *Manuels de Français publiés à l'usage des Suédois de 1808 à 1905* (1985) e *Manuels de français imprimés à l'étranger à la Bibliothèque de l'Evêché de Linköping* (1996); na França, o programa de investigação Emmanuelle: *Les manuels scolaires en France de 1789 à nos jours* (1979); na Itália, os trabalhos de *Insegnare il francese in Italia. Repertorio di manuali pubblicati dal 1625 al 1860* (1991); o projeto espanhol MANES (1992) e o português, *Manuais de francês e investigação histórica: propostas de aprendizagem do F. L. E. em Portugal durante o século XIX. Contribuição para um catálogo de manuais destinados à aprendizagem da Língua Francesa* (2000). (SALEMA, 2000).

Vamos então conhecer um universo de cinco compêndios de francês, lançados entre os anos de 1647 e 1798 e de reconhecido prestígio, seja pelo grande número de reedições na França e em países europeus, como Portugal e Holanda, seja por serem adotados por diversas instituições das metrópoles e colônias da Europa, para serem neles observados as finalidades pedagógicas e culturais do ensino da língua francesa nos oitocentos.

OS COMPÊNDIOS DE FRANCÊS E SEUS CONTEÚDOS DE ESTUDO

Nos anos iniciais à fundação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, sob o regimento da Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810, os cursos de formação para os postos de oficiais de engenharia e de artilharia adotavam para todas as matérias de estudo obras de escritores renomados, que eram, em sua grande maioria, compêndios escritos em língua francesa e publicados na França. O trabalho de tradução e versão da conhecida produção francesa era uma orientação da atividade conferida ao professor da instituição, sendo estas obras as primeiras publicações da Impressão Régia recentemente estabelecida no território do Brasil.

A Carta de 1810 partia da idéia de que cada cadeira deveria corresponder a um compêndio, elaborado pelo seu lente, e que levasse em conta as condições especiais dos alunos da Academia. “Organizar o compêndio” era para o professor tarefa obrigatória e não cumpri-la era “não poder ser adiantado em postos nem obter recompensas e graças”. Fácil imaginar a utilidade de disposições tais numa época em que o livro didático não existia, em que fontes de estudo não estavam à mão sequer dos professores quanto mais dos alunos, época sem bibliotecas e de livrarias precaríssimas (MOTA, 2001, p. 30, apud, ABREU, 2006, p. 26).

A seguir, apresento a você alguns compêndios de francês que alcançaram, como anunciam as notas de seus prefácios, grande prestígio editorial. Esses livros foram encontrados em pesquisa realizada nos acervos digitais de três bibliotecas: a Biblioteca Nacional¹, a Biblioteca Nacional de Portugal² e a *Bibliothèque Nationale de France*³. São obras que levantam questões sobre o uso e o funcionamento da língua francesa, publicadas entre os séculos XVII e XVIII, e disponíveis no momento de criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro Rio de Janeiro no Brasil. A investigação dos compêndios de francês contou com a indispensável ajuda da amiga e pesquisadora portuguesa Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos, que gentilmente colaborou com o envio de imagens do compêndio de 1710, livro disponível apenas no acervo físico da Biblioteca de Lisboa.

Dos livros sobre a língua francesa produzidos no século XVII, você vai conhecer duas interessantes obras. A primeira obra sobre o tema é o título ***Remarques Svr La Langve Françoise Vtiles A Cevx Qvi Vivevlent Bien Parler Et Bien Ecrire***⁴, de Vaugelas, publicada na França no ano de 1647. No compêndio de Vaugelas não há uma preocupação no trabalho de normatização da língua. Contudo, conhecer e estudar a língua francesa estava na hierarquia social, sendo atribuído à corte francesa o mais alto prestígio linguístico.

¹ Acervo Digital disponível no site eletrônico: <https://www.bn.br/>

² Acervo Digital disponível no site eletrônico: <http://www.bnportugal.pt/>

³ Acervo Digital disponível no site eletrônico: <https://www.bnf.fr/>

⁴ Tradução livre: **Notas sobre a língua francesa, útil para aqueles que desejam falar e escrever bem** (1647).

A segunda obra é uma publicação holandesa de 1630, ano da sua quarta edição, assinada pelo francês Pierre de La Touche e intitulada **L'art De Bien Parler François**⁵. Nesta obra são levantadas questões sobre a padronização da língua francesa, são problematizadas regras de pronúncia e ortografia, por exemplo, saberes úteis no trabalho diplomático exercido pelos oficiais em missões no exterior.

No século XVIII circulam os métodos, ou seja, as gramáticas como importantes recursos tecnológicos para a instrução em línguas. Desse momento histórico, elenco três importantes obras para o estudo da língua francesa. O primeiro livro apresentado é uma gramática francesa escrita em língua portuguesa, a **Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Do Portuguez, Regulada Pelas Notas E Refflexoens Da Academia De França**, de Luís Caetano de Lima, publicada pela primeira vez em Lisboa no ano de 1710. A gramática de Luís Caetano de Lima é um dos mais antigos compêndios para o ensino de francês escrito em língua portuguesa. Aqui, serão feitas observações sobre a edição de 1756. Sua natureza bilíngue é inovadora para a época, entendendo o estudo da língua francesa auxiliado pela língua portuguesa.

Outra produção bilíngue que você vai conhecer é uma publicação sem autoria, lançada no ano de 1766. Escrita em português-francês, a obra **Novo, Facillimo Methodo de Grammatica Franceza, e Portugueza, Recopilado dos Melhores Authores, que Escreverão Artes, e Orthographisa, De La Rue, Restaut, e Galmace, La Touche, Desmarais, e do Tratado da Orthographia Franceza,...** Ordenado Por Hum Genio Amante, Dos Progressos Dos Estudiosos Deste Idioma foi impressa na oficina

⁵ Tradução livre: **A arte de falar bem o francês** (1630).

de António Ginião, na França. Esta obra é uma compilação dos compêndios de francês para os falantes de língua portuguesa com apontamentos sobre as metodologias para o ensino de línguas então conhecidas.

A última obra em análise é ***Principes Généraux de Grammaire Pour Toutes Les Langues: Avec Leur Application Particulière à La Langue Française***⁶, de Condillac, publicada em Paris no ano de 1798. Na obra de Condillac, as regras gramaticais são definidas por meio da análise do discurso e dos elementos do discurso. Consagrando-se como uma referência para o ensino de francês na instrução de engenheiros e topógrafos das principais instituições de ensino da Europa. Nesse contexto, o estudo de línguas tem um objetivo pragmático de formação segundo o interesse da futura profissão do aluno, numa espécie de ensino de línguas para fins específicos.

De forma resumida, os quadros a seguir reúnem informações sobre os cinco compêndios para o ensino de francês pesquisados.

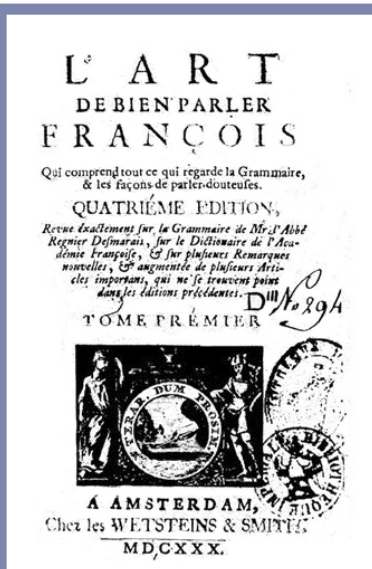
⁶ Tradução livre: **Princípios gerais de gramática para todas as línguas: com aplicação particular à língua francesa** (1798).

VAUGELAS. *Remarques Svr La Langve Française Vtiles A Cevx Qvi Vevlent Bien Parler Et Bien Escrire*. Paris: Pierre Le Petit, Imprimeur& Libraire ordinaire Du Roy, 1647.



Título	<i>Remarques Svr La Langve Française Vtiles A Cevx Qvi Vevlent Bien Parler Et Bien Escrire</i> .
Autor	VAUGELAS, Claude Favre de (1585-1650)
Ano da 1ª Edição	1647.
Nº de Volumes	2
Editora/ Editor/ Livreiro	Vve J. Camusat et P. Le Petit
Local de Publicação	Paris
Língua	Francês
Finalidade do ensino de francês	Sem preocupação normativa. Registro do uso da língua.
Nº de Páginas	670 p.

LA TOUCHE, Pierre de. *L' Art De Bien Parler François*. Amsterdam: Chez les Wetsteins & Smith, 1630.



Título	<i>L' Art De Bien Parler François</i> .
Autor	LA TOUCHE , Pierre de (16..-1730)
Ano da 1ª Edição	1630
Nº de Volumes	2
Editora/ Editor/ Livreiro	Wetsteins et Smith
Local de Publicação	Amsterdam
Língua	Francês
Finalidade do ensino de francês	Instrumental
Nº de Páginas	322 p.

LIMA, Luiz Caetano de. Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Da Língua Portugueza, Regulada Pelas Notas E Reflexoes Da Academia De França. Lisboa: Joseph da Costa Coimbra, 1756.



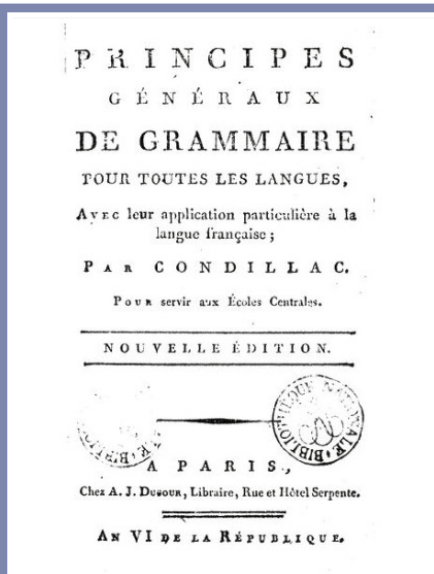
Título	Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Da Língua Portugueza, Regulada Pelas Notas E Reflexoes Da Academia De França, parte I
Autor	LIMA, Luiz Caetano de. (1671-1757)
Ano da 1ª Edição	1710
Nº de Volumes	2
Editora/ Editor/ Livreiro	Joseph da Costa Coimbra
Local de Publicação	Lisboa
Língua	Português
Finalidade do ensino de francês	Instrumental. Utilitarista.
Nº de Páginas	297 p.

GINIÃO, António. Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portuguesa, Recopilado Dos Melhores Authores, Que Escreverão Artes, E Orthographisa, De La Rue, Restaut, E Galmace, La Touche, Desmarais, E Do Tratado Da Orthographia Franceza, ... Ordenado Por Hum Gênio Amante, Dos Progressos Dos Estudiosos Deste Idioma. Trevoux: Off. De António Ginião, 1766.



Título	Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portuguesa, Recopilado Dos Melhores Authores, Que Escreverão Artes, E Orthographisa, De La Rue, Restaut, E Galmace, La Touche, Desmarais, E Do Tratado Da Orthographia Franceza, ... Ordenado Por Hum Gênio Amante, Dos Progressos Dos Estudiosos Deste Idioma
Autor	Officina De António Ginião
Ano da 1ª Edição	1766
Nº de Volumes	1
Editora/ Editor/ Livreiro	Off. De António Ginião
Local de Publicação	Trevoux
Língua	Português
Finalidade do ensino de francês	Instrumental
Nº de Páginas	342 p.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Principe Généraux De Grammaire Pour Toutes Les Langues: Avec Leur Application Particulière À La Langue Française*. Paris: Chez A. J. Du cour Libraire, 1798.



Título	<i>Principes généraux de grammaire pour toutes les langues: avec leur application particulière à la langue française.</i>
Autor	CONDILLAC, Étienne Bonnot de (1714-1780)
Ano da 1ª Edição	1798
Nº de Volumes	1
Editora/ Editor/ Livreiro	A. J. Ducour
Local de Publicação	Paris
Língua	Francês
Finalidade do ensino de francês	Instrumental
Nº de Páginas	369 p.

O compêndio *Remarques Svr La Langue Française* é assinado por Claude Favre de Vaugelas, o senhor de Vaugelas (1585-1650), e foi publicado na cidade de Paris, em outubro de 1647. Essa obra é, sem dúvida, um livro de referência no mercado editorial sobre a língua francesa, com últimas reedições que

datam da primeira década dos anos 2000⁷. Já em seu título, o autor da obra nos apresenta a natureza de seu trabalho quando propõe uma compilação de *remarques* sobre a língua francesa, ou seja, o registro, em forma de notas, ao longo de quinhentas e noventa e três páginas, de observações sobre o francês escrito e falado na corte da França.

Escrita em língua francesa, essa obra não se preocupa com o estabelecimento de uma regulamentação da língua, não tendo a intenção de “[...] reformar nossa língua (francesa), nem de abolir nossas palavras, mas somente mostrar o bom panorama dos fatos, se ele é duvidoso ou desconhecido, o esclarecendo, o fazendo conhecido”⁸ (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução livre). Escrevendo uma espécie de testemunho de seu tempo, Vaugelas documentou o que “viu e ouviu” na corte francesa, apresentando em seu texto o “uso” da língua nos processos de fala e de escrita, pensando a linguagem em seu uso, antes mesmo do surgimento da linguística.

Segundo as notas de seu prefácio, a obra *Remarques Svr La Langve Françoisse* foi elaborada a partir de anotações produzidas das conversações de festas frequentadas pelo seu autor na corte do rei Sol. A língua escrita pelo senhor de Vaugelas era, portanto, o espelho do discurso que ele transcrevia, por assim dizer, em grafema. Dessa forma, a codificação da língua falada, ou seja, a língua escrita, nomeada por ele como “língua imagem”, ou da língua escrita dos “Autores”, pode ser encara-

⁷ A última edição de *Remarques Svr La Langve Françoisse* foi lançada em 2009, em Genève, pela editora Droz. Fonte: <https://www.data.bnf.fr/>.

⁸ Texto original: “[...] de reformer nostre langue, n’y d’abolir des mots, n’y d’en faire, mais seulement de monstrier le bon usage de ceux qui sont faits, et s’il est douteux ou inconnu, de l’esclaircir, & de le faire connoistre” (VAUGELAS, 1647, Préface).

da como o registro objetivo de uma língua que se apresentava como francesa. Perceba que a representação deste francês vinha dos espaços de sociabilidade da corte, assumindo, desta forma, um valor absoluto na descrição de seu uso, ou seja, de sua prática.

A palavra que se pronuncia é a primeira em ordem e em dignidade, pois sendo ela escrita é somente a sua imagem [...]. Mas o consentimento dos bons Autores é como um selo ou uma atestação que autoriza a língua da Corte, e que marca o bom uso e decide aquilo que é duvidoso⁹ (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução livre).

De acordo com as tendências de seu século, o senhor de Vaugelas buscou por princípios para descrever e explicar o uso da língua francesa. Sua lógica era a da subordinação da língua escrita à língua falada, procurando, com isso, distinguir o “bom uso” do “mau uso” da língua francesa. Baseado em uma hierarquia social, é atribuída à corte francesa o mais alto prestígio linguístico. Assim, o bom uso da língua francesa foi definido como “composto não da pluralidade, mas pela elite das vozes”¹⁰, pela elite da comunidade linguística (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução livre).

Eis então como é definido o bom uso. É a maneira de falar da mais sadia parte da Corte, conforme a maneira de

⁹ Texto original: “[...] la parole qui se prononce, est la premiere en ordre et en dignité, puis que celle qui est écrite n’est que son image [...]. Mais le consentement des bons Auteurs est comme le sceau, ou une verification, qui autorise le langage de la Cour, et qui marque le bon Vsage, et décide celuy qui est douteux” (VAUGELAS, 1647, Préface).

¹⁰ Texto original: “composé non pas de la pluralité, mais de l’élite des voix” (VAUGELAS, 1647, Préface).

escrever da mais sadia parte dos Autores do tempo [...]. Quando eu digo a Corte, eu entendo as mulheres como os homens e várias pessoas da cidade onde o Príncipe reside, que pela comunicação que ele tem com as pessoas da Corte utilizam de sua polidez” (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução livre).

O que Vaugelas chama por “uso duvidoso” da língua francesa, ele define como “aquilo que não se sabe” (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução livre). Neste caso, é “necessário consultar os bons Autores vivos e todos estes que tenham particular conhecimento da língua” (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução livre). Tudo o que “a mais sadia parte da corte”, ou seja, tudo o que a alta nobreza definia por bom uso da língua era assim, por definição, “bonito e elegante” e deveria ser adotado como norma pelos demais (VAUGELAS, 1647, Prefácio, tradução livre).

Com a obra *Remarques Sur La Langve François*, o senhor de Vaugelas deixou para a posteridade um registro dos usos da língua de uma pequena parcela da França do século XVII. A língua falada pelos nobres da corte do rei Luís XIV é apresentada como um parâmetro, sobretudo estético, de um francês que a essa altura se desenhava como vernáculo.

L'art De Bien Parler François, Qui Comprend Tout Ce Qui Regarde La Grammaire & Les Façons De Parler Douteuses é o título completo de uma importante obra sobre a língua francesa,

¹¹ Texto original: “Voicy donc comme on définit le bon Vsage. C’est la façon de parler de la plus saine partie de la Cour, conformément à la façon d’écrire de la plus saine partie des Autheurs du temps [...]. Quand ie dis la Cour, i’y comprends les femmes comme les hommes, et plusieurs personnes de la ville où le Prince réside, qui par la communication qu’elles ont avec les gens de la Cour participent à sa politesse” (VAUGELAS, 1647, Prefácio).

impressa no ano de 1630, na cidade de Amsterdam, um dos mais agitados centros editoriais do continente europeu. De autoria de Pierre De La Touche (16-- - 1730), francês refugiado em decorrência da revogação do Edito de Nantes¹², a obra *L'art De Bien Parler François* é uma exaltação da língua e da cultura da França.

Nas primeiras páginas do longo prefácio de seu primeiro volume, o autor da obra posiciona-se como um admirador da língua francesa, sua língua materna, caracterizando-a com predicativos como “doce e forte”, “simples e majestosa” (LA TOUCHE, 1630, tradução livre). Para além de uma espécie de francofonia, o estudo da língua francesa é por ele colocado como importante saber formativo de todo nobre.

[...]Ela é geralmente preferida às demais línguas e os Estrangeiros de qualidade, até aos Príncipes Soberanos acreditam que lhes faltava algo em sua educação se eles não a falassem puramente e com facilidade [...] Ela é própria para todo tipo de matéria, para a prosa e para a poesia; para a História e para o Romance, para os sérios e para o cômico¹³ (LA TOUCHE, 1630, Prefácio, tradução livre).

¹² Assinado pelo rei da França Henrique IV, em Nantes, em 13 de abril de 1598, o Edito de Nantes garantia a tolerância religiosa para a prática do calvinismo em território francês. Conhecido como Edito de Pacificação, este decreto colocou fim às guerras religiosas que assolaram a França durante o século XVI. Contudo, em 23 de outubro de 1685, o então rei da França, Luís XIV o revogaria com a promulgação do Edito de Fontainebleau, retornando, dessa maneira, a perseguição aos protestantes franceses que fugiram para países protestantes como Alemanha e Inglaterra (OLIVEIRA, 2014).

¹³ Texto original: “[...]Elle est généralement préférée à toutes les autres, & que les Etrangers de qualité, jufqu’aux Princes Souverains mêmes, croiroient qu’il manquoit quelque chose à leur éducation, s’ils ne la parloient purement & avec facilité [...]. Elle sft propre à toutes fortes de matières, pour la profe & pour la poëfie; pour l’Histoire & pour le Roman; pour le férieux & pour le comique” (LA TOUCHE, 1630, Prefácio).

Escrita em língua francesa, *L'art De Bien Parler François* é também um sucesso editorial, com última publicação lançada na Suíça, no ano de 1973¹⁴. Essa obra foi organizada em dois volumes. No primeiro volume, dividido em três partes, são abordados temas sobre a gramatização. É preciso lembrar que a gramatização, segundo Auroux (1992), foi um fenômeno do século XVI que buscou fornecer elementos para a padronização dos vernáculos europeus, criando, com isso, uma rede de conhecimentos linguísticos. Na primeira parte do primeiro volume da obra de La Touche são explicadas questões referentes à pronúncia e à ortografia da língua francesa, consideradas, por ele, tópicos difíceis e indispensáveis. Sobre o assunto, há ainda um pequeno resumo traduzido em quatro línguas estrangeiras (alemão, inglês, flamenco e italiano), o que só reforça o caráter “universal” da língua francesa e de sua obra. Note você que as línguas escolhidas por La Touche para o trabalho de versão do pequeno resumo sobre as regras de pronúncia e ortografia do francês são as mesmas línguas estrangeiras anunciadas como matéria de estudo para a formação da nobreza militar no primeiro estatuto da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, salvo o flamenco.

Na segunda parte desta obra são ponderadas questões sobre a natureza da palavra. Ganham destaque aqui os “Artigos”, os “Substantivos” e sua variação em gênero, bem como a conjugação dos “Verbos Regulares e Irregulares”. Já a terceira e última parte do primeiro volume toca em aspectos da “Sintaxe”, sendo dedicado um capítulo da obra às qualidades do estilo e outro, aos princípios da poesia francesa.

¹⁴ A última edição de *L'art De Bien Parler François* foi lançada em 1973, em Genève, pela editora Slatkine reprints. Fonte: <https://www.data.bnf.fr/>.

Para a composição de seu segundo volume, *La Touche* contou com a colaboração de alguns gramáticos franceses e procurou responder às dúvidas mais recorrentes sobre as normas gramaticais da língua francesa. Buscando a praticidade na consulta dessa matéria, foi também elaborado, para este volume, um resumo com todos os pontos de aula, apresentados em ordem alfabética mas sem tradução.

De maneira sistemática, o compêndio de *La Touche* apresenta a língua francesa em conteúdos para seu ensino. A preocupação, por parte do autor, na elaboração de resumos explicativos escritos em diferentes vernáculos, visando o público estrangeiro, insere esta obra no processo maior de internacionalização dos saberes linguísticos.

A *Grammatica Franceza, Ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Do Portuguez, Regulada Pelas Notas E Refflexoens Da Academia De França* é um dos mais antigos compêndios para o ensino de francês escrito em língua portuguesa. Foram, segundo seu autor, o clérigo português D. Luiz Caetano de Lima (1671-1757), membro da embaixada portuguesa enviada à Corte de Luís XIV em 1695¹⁵, “quasi vinte annos de estudo” dedicados à elaboração desta “*Grammatica Franceza e Portugueza*” (LIMA, 1756).

Escrito quando da passagem de seu autor nas cortes de Paris, Inglaterra e Holanda, esta obra pensou o ensino e a aprendizagem da língua francesa por “circumstancias géraes, transcendentés” que as diferenciavam, segundo o autor, do ensino e da aprendizagem das demais ciências, em suas especificidades (LIMA, 1756).

¹⁵ Sobre a vida e obra de Luiz Caetano de Lima e sua missão como membro da embaixada portuguesa na França consultar Bem (1792-1794).

Confesso ingenuamente que esta obra me tem levado grande applicação, porque sempre entendi, que nas Linguas não há mediania alguma, como se observa nas outras Artes, e Sciencias; e assim, ou se devem falar com toda a propriedade, ou não devem as pessoas grandes usar dellas (LIMA, 1756, Prólogo).

A gramática de Luiz Caetano de Lima foi lançada em Portugal no ano de 1710 e teve só no século XVIII três edições¹⁶. É importante sinalizar que os aspectos aqui apontados são referentes apenas ao seu primeiro volume, em edição do ano de 1756, às vésperas da morte de seu autor.

A edição do ano de 1756 foi organizada em dois volumes. Como conteúdo programático de seu primeiro volume são trabalhados os seguintes temas de estudo: “Dos Nomes, e números das letras; Da pronúncia das Vogaes; Da pronúncia das Consoantes; Dos Dithongos; Dos Trithongos; Dos Artigos, e Declinações; Dos Nomes; De algumas outras castas de Nomes; Dos Pronomes; Das Conjunções dos Verbos Irregulares” (LIMA, 1756).

Com a *Grammatica Franceza* de D. Luiz Caetano de Lima foi lançado um “methodo de aprender huma lingua estrangeira”, sem, contudo, esquecer-se da importância de sua língua nacional (LIMA, 1756). Segundo suas notas introdutórias, o ensino de francês é visto em sua utilidade como a língua de uso pela nobreza, como a língua do comércio e da diplomacia, pois “Entre as linguas que mais facilitaõ o commercio das gentes, merece a lingua Franceza o principal lugar, e tem taõ grande fortuna com as testas Coroadas, que apenas se achará Principe algum, que despreze o seu uso” (LIMA, 1756, Prólogo).

¹⁶ Sobre a edição de 1733, consultar Fryba, Antonelli, Colombat (2016).

O ensino da língua francesa é também apresentado como o “primeiro elemento de todas as Sciencias”, servindo este saber não só como via de acesso aos textos das recentes descobertas nas ciências matemáticas, mas também como auxiliar no estudo da língua portuguesa (LIMA, 1756, Prólogo).

Os preceitos, que se escrevem nesta breve Grammatica tão bem influe sobre a língua Portugueza, que filha da mesína Mãy, naõ he menos dotada, nem menos nobre, antes tem a vantagem de se associar na Asia ás linguas Orientaes por ser naquela primeira parte do Mundo, familiar a quasi todas as Nações (LIMA, 1756, Prólogo).

É preciso salientar que D. Luiz Caetano de Lima construiu uma gramática bilíngue que até 1710 não existia para o português. Assim, trabalhando sem predecessores, esse autor português munuiu-se de referenciais franceses e fez uma sistematização, em língua portuguesa, dos aspetos que considerou mais pertinentes da língua francesa.

Escrito em língua portuguesa, o livro *Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portugueza, Recopilado Dos Melhores Authores, Que Escreverão Artes, E Orthographisa, De La Rue, Restaut, E Galmace, La Touche, Desmarais, E Do Tratado Da Orthographia Franceza, ... Ordenado Por Hum Genio Amante, Dos Progressos Dos Estudiosos Deste Idioma* teve sua primeira edição impressa na comuna de Trevoux, região de Rhône-Alpes, ao sul da França, no ano de 1766. A obra não tem sua autoria nomeada, sendo indicada a “Officina de António Ginião” como o lugar da impressão desta que pode ser considerada uma espécie de compilação das produções já existentes sobre o ensino de francês para os falantes de língua portuguesa. Em

seu longo título são citados alguns autores de compêndios de francês muito populares como a gramática de Pierre de La Touche.

O novo método de ensino propõe “aprender com perfeição [...] a língua Franceza, e de algum modo a Portugueza” a partir das já conhecidas “artes” do ensino de francês em Portugal, entendendo o termo “artes” como as metodologias de ensino propostas pelos estudiosos da língua francesa no século XVIII (GINIÃO, 1766, Prefácio). Assim como fazia a censura dos escritos submetidos ao Santo Ofício, o autor do *Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portugueza* condena as falhas cometidas por seus antecessores, citando dentre eles, o clérigo Luiz Caetano de Lima.

104

Muitas são as artes, que tem visto a luz pública a fim de ensinar a língua Franceza aos nossos Portuguezes; porém todas com alguma infelicidade. A do grande Lima he Antiga, e extensa [...] porém todas estas faltas verás agora corregidas nesta Arte, da qual não digo mais, porque o teu mesmo sufrágio será o seu elogio (GINIÃO, 1766, Prefácio).

Buscando reparar os erros do passado cometidos pelos estudiosos do francês, a gramática bilíngue português-francês da *Officina* de António Ginião apresenta seus conteúdos de estudo divididos em cinco capítulos, sendo eles: “Capítulo I. Regras da Ortografia, e Pronúnciação Franceza. Dos accentos, e figuras da Orthografia Franceza; Da pontuação; Das Vogaes simples; Dos Dithongos; Das consoantes; Do modo de lêr”; “Capítulo II. Das partes do discurso. Do nome Substantivo, e Adjectivo; Do Gênero; Do Numero; Do Caso; Do Artigo; Dos

Pronomes; Dos grãos da Comparação; Das declinações dos nomes”; “Capítulo III. Das propriedades do Verbo”; “Capítulo IV. Diálogos familiares” e “Capítulo V. De alguns Provérbios Franceses” (GINIÃO, 1766, Prefácio).

A obra da oficina de António Ginião entende o carácter instrumental da língua francesa como um saber formativo de um tipo de pessoa que se desejava na modernidade, um “homem útil”, ou seja, que cumpra uma função segundo os propósitos do rei e do Estado.

Fico esperando, que te appliques a tua lição com aquelle cuidado, e deligencia, que se precisa para formar hum homem util ao Rey, e ao Estado por meyo da língoa Franceza, a qual he geralmente reconhecida em toda a Europa por thesouro, em que se achaõ depositadas as riquezas de toda erudição (GINIÃO, 1766, Prólogo).

Para a “luz pública” da instrução portuguesa a que se refere o *Novo, E Facillimo Methodo De Grammatica Franceza, E Portugueza*, a “língua Franceza” assumiu o papel de veículo de acesso a este universo de saberes e de erudição da cultura francesa numa espécie de linguagem de admissão à modernidade (GINIÃO, 1766, Prefácio).

A obra *Principes Généraux De Grammaire Pour Toutes Les Langues: Avec Leur Application Particulière À La Langue Française* é um compêndio de línguas e usa o caso específico da língua francesa para a aplicação dos princípios gerais da gramática. Esse compêndio é assinado por Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780) e foi impresso em Paris, na França, no final do século dezoito, mais precisamente no ano de 1798. A gramática

de Condillac foi escrita para as *Écoles Centrales* da França, instituições com programas de reconhecido prestígio na formação em engenharia.

No prefácio de *Principes Généraux De Grammaire Pour Toutes Les Langues: Avec Leur Application Particulière À La Langue Française*, Condillac fala sobre a transformação ideológica e pedagógica que vivia a Europa, lembrando dos feitos iluministas nos estudos elementares¹⁷. São, por exemplo, reconhecidas as contribuições dadas pelos filósofos de Port-Royal no desenvolvimento da ciência da linguagem como um campo de pesquisa. Referindo-se aos filósofos de Port-Royal, que buscavam articular língua e razão, no sentido iluminista do termo, e que trabalhavam num plano de estabelecimento dos princípios gerais ou particulares de cada língua, Condillac afirma que “esta luz, é certo, era fraca ainda, mas é com eles que nós começamos a ver¹⁸” (CONDILLAC, 1798, p. 3, tradução livre).

Segundo Condillac, a instrução se iniciava com o estudo da gramática, considerada a primeira parte da arte de pensar pois “Para descobrir os princípios da linguagem, é necessário observar como nós pensamos: é preciso procurar estes princípios na própria análise do pensamento¹⁹” (CONDILLAC, 1798, p. 4, tradução livre). A gramática de Condillac é definida como um método analítico de estudos da língua e tem sua matéria dividida em dois momentos. A primeira parte do compêndio de Condillac traz reflexões sobre a língua a partir do discurso

¹⁷ Sobre o diálogo entre disciplinas, autores e épocas para a construção do pensamento de Condillac, ver Silvia (2021).

¹⁸ Texto original: “Cette lumière, il est vrai, étoit foible encore, mais enfin c’est avec eux que nous avons commencé à voir [...]” (CONDILLAC, 1798, p. 3).

¹⁹ Texto original: “Pour découvrir les principes Du langage, il faut donc observer comment nous pensons: Il faut chercher es principes dans l’analyse même de la pensée” (CONDILLAC, 1798, p. 4).

e dos elementos dos discursos que ele acredita serem os “sinais” para a compreensão do pensamento. Aparecem como tópicos da primeira parte da obra:

Da linguagem de ação; Considerações gerais sobre a formação das Línguas e seu progresso; Em que consiste a arte de analisar nossos pensamentos; Quantos sinais artificiais são necessários para quebrar as operações da alma, dando-nos idéias distintas; Com quais métodos deve-se utilizar os sinais artificiais para ser idéias distintas de todos os tipos; As Línguas consideradas como métodos analíticos; Como a linguagem de ação divide o pensamento; Como as línguas, no início, analisam o pensamento; Como é que a análise do pensamento formado e aperfeiçoado na língua; Como o discurso é dividido em proposições principais, subordinadas, incidentes, em frases e em períodos; Análise da Proposição; Análise dos termos da proposição; Continuação da mesma matéria, ou análise do Verbo; Algumas expressões que foram colocadas entre os elementos do discurso e, em aparência simples, são, na verdade, expressões compostas, equivalentes à vários elementos²⁰ (CONDILLAC, 1798, Prefácio, tradução livre).

²⁰ Texto original: “Du langage d’action; Considérations générale sur La formation des Langues et sur leurs progrès; Em quoi consiste l’art d’analyser nos pensées; Combien les signes artificiels sont nécessaires pour décomposer lês opérations de l’âme, et nous en donner des idéés distinctes; Avec quelles méthodes on doit employer les signes artificiels pour se faire des idéés distinctes de toute espèce; Les langues considérées comme autant de méthodes analytiques; Comment le langage d’action décompose la pensée; Comment les langues, dans les commencemens, analysent la pensée; Comment se fait l’analyse de la pensée dans les langues formées et perfectionnées; Comment le discours se décompose en propositions principales, subordonnées, incidentes, en phrases et en périodes; Analyse de la Proposition; Analyse des termes de la proposition; Continuation de la même matière, ou analyse du Verbe; De quelques expressions qu’on a mises parmi les élémens du discours, et qui, simples enapparence, sont, dans le vrai, des expressions composées, equivalentes à plusieurs éléments” (CONDILLAC, 1798, Prefácio).

Já conhecidas as maneiras de análise dos “sinais” oferecidos pelas línguas para que seja feita a análise do pensamento, são apresentados, em seguida, os elementos que compõem a linguagem e as regras comuns a todas as línguas. Estes elementos da linguagem são apresentados na segunda parte da obra que é dividida em:

Os Substantivos; Os Adjetivos; Os Numerais; Os Gêneros; Observações sobre a maneira como concorda-se em gênero e em número os Adjetivos e os Substantivos; O verbo; Os nomes de pessoas consideradas como agentes de uma proposição; Os Tempos Verbais; Os Modos Verbais; As Conjugações Verbais; As formas compostas com os verbos auxiliares Ser ou Haver; Observações sobre os Tempos Verbais; As Preposições; Os Artigos; Os Pronomes; O emprego de nomes de pessoa; Os Adjetivos possessivos; Os Adjetivos demonstrativos; Os Adjetivos conjuntivos; Os participípios do presente; Os participípios do passado; As conjunções; Os Advérbios; As interjeições; A Sintaxe; As construções²¹ (CONDILLAC, 1798, Prefácio, tradução livre).

Principes Généraux De Grammaire Pour Toutes Les Langues tem uma linguagem coloquial, escrita em um francês de fácil compreensão pois escolhe vocábulos do convívio social. Esta

²¹ Texto original: “Des Noms Substantifs; Des Adjectifs; Des Nombres; Des Genres; Observations Sur La Manière Dont On Accorde, En Genre Et Ennombre, Les Adjectifs Avec Les Substantifs; Du Verbe; Des Noms Des Personnes Considérés Comme Sujets D’une Proposition; Des Temps; Des Modes; Des Conjugaisons; Des Formes Composées Avec Les Auxiliaires Être Ou Avoir; Observations Sur Les Temps; Des Prepositions; De L’Article; Des Pronoms; De L’emploi Des Noms De Personne; Des Adjectifs Possessifs; Des Adjectifs Démonstratifs; Des Adjectifs Conjonctifs; Des Participes Du Présent; Des Participes Du Passé; Des Conjunctions; Des Adverbes; Des Interjections; De La Syntaxe; Des Constructions” (CONDILLAC, 1798, Prefácio).

era uma postura pedagógica recomendada por Condillac, que buscava com isso uma maior compreensão da exposição dos conteúdos pela clareza da linguagem utilizada na preleção. Segundo Condillac, para uma maior eficiência na comunicação foram banidos do texto termos técnicos que exigem do discente um conhecimento para além dos ensinamentos da gramática, salvo quando necessários à compreensão do tema abordado. O compêndio de Condillac entende o ensino de línguas para fins pragmáticos, para a formação dos jovens na sua futura profissão.

The background of the page is an abstract composition of brushstrokes. On the left side, there are vertical strokes of various shades of blue, ranging from a deep navy to a lighter, almost white blue. The center of the page is dominated by a large, soft, white area that appears to be a blend of white and light blue, with some faint, darker blue undertones. On the right side, there are vertical strokes of red, ranging from a bright, vibrant red to a more muted, dusty red. The overall effect is a textured, painterly background that frames the central text.

ALGUMAS
PALAVRAS SOBRE O TEMA



A condição de sede do reino de Portugal conferida ao Brasil é, sem dúvida alguma, episódio único na história das colonizações. Isso aconteceu em um momento de reconfiguração de toda uma mentalidade com o movimento das luzes europeias. A novidade das ciências e o caráter útil dos saberes, incluídos aí os saberes linguísticos, para o progresso de uma nacionalidade em formação aparece como preocupação de toda intelectualidade. Ao mesmo tempo em que se desenvolvem os vernáculos e figuram seus usos na política do Estado, uma língua assume o protagonismo na representação de um mundo em avanço social e científico, a língua francesa. A língua falada na corte da França, espaço de sociabilidade de todas as cortes da Europa, é símbolo de uma maneira de ser ideal e inventa um homem capaz de viver o bem estar prometido pelos ideais do movimento iluminista.

No caso do Brasil colônia, as reformas pombalinas, promulgadas no Alvará de 28 de junho de 1759, trouxeram para o mundo lusófono as transformações do mundo moderno. A ideia de instrução e a formação de um tipo moderno de homem, o oficial militar, já era um projeto dos setecentos que aconteceu no Brasil, de forma institucionalizada, em 1810, com a criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro na Carta de Lei de 1810. Nela, a língua estrangeira é institucionalizada como uma matéria de ensino, com um saber oficializado pelo Estado por ser percebido como necessário e útil à formação de um tipo de gente. Além de ser entendida como uma práti-

ca social da nobreza, seguindo o modelo da corte de Lisboa e esta, o de Luís XV, o ensino de francês aparece como um saber justificado pela vasta referência bibliográfica de seus cursos.

A língua francesa, como saber necessário para o ingresso nos cursos de formação da Academia do Rio de Janeiro, tinha um caráter facultativo como matéria de ensino não por ser menos importante que os demais, mas por ser justamente um pré-requisito para as aulas e progressos dos alunos nos cursos. A língua francesa era entendida como um veículo de transmissão das novidades das luzes, de comunicação de uma nova e melhor maneira de existir no mundo.

Sobre a organização e funcionamento da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, seus estatutos de fundação registram mais de trinta autores franceses citados como importantes trabalhos de referência nas diferentes matérias de ensino de seus cursos. As matemáticas e as línguas aparecem como bases na formação do perfeito militar que atuaria como representante do Estado português no desenvolvimento social e em defesa da grande costa brasileira sempre ameaçada por inimigos. Seguindo o modelo da *École Militaire de Paris*, criada na corte de Luís XV e do *Collegio Real do Nobres de Lisboa*, a organização da Academia Real Militar do Rio de Janeiro já traz elementos que compõem a forma moderna da educação como a definição dos espaços da instituição, a organização do tempo em aulas, cursos e anos, o material a ser utilizado nas aulas mas, sobretudo, a figura de um agente do ensino, de um professor responsável pelas aulas e pela produção de material didático em língua portuguesa.

Sob a tutela do Estado e com regimento formalizado em lei, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro pode ser vista

como um signo da modernidade tão desejada por Pombal. Com a institucionalização do ensino de francês, “língua universal”, a adoção de compêndios como materiais escolares industrializados, de uso em sala de aula, muitos deles escritos em francês e publicados na França, foi permitida a circulação e a apropriação de saberes, em seus valores eufóricos, da nação tida como a mais avançada da Europa.

Dada a hegemonia da cultura erudita francesa, do comércio de seus livros, reflexo, entre outros fatores, de sua grande produção intelectual, bem como a resistência dos militares portugueses em partilharem com os oficiais no Brasil os manuais para a formação militar produzidos em Portugal, a utilização de obras escritas em francês era indicação de lei na Academia Real Militar do Rio de Janeiro até a reforma de seus estatutos em 1832. Entre muitos intelectuais franceses, a lei de 1810 cita nomes como La Croix, Le Gendre e La Place como referências a serem utilizadas nos cursos teóricos das ciências matemáticas, físicas, naturais, militares e de engenharia.

A finalidade eminentemente instrumental do ensino de francês se justificava então como meio de acesso a um conhecimento tido como científico e professorado. Dos compêndios para o ensino de francês estudados, a obra de Vaugelas, publicada em 1647, foi o único compêndio que não apresentava uma preocupação em normatizar a língua francesa, sendo configurada apenas como um documento de registro dos usos do francês oral na corte francesa. Resguardada essa única exceção, todos os outros compêndios apresentados buscaram articular língua e razão, no sentido iluminista do termo. Por isso a gramática para o ensino da língua francesa é defendida como a primeira arte de pensar, pois para descobrir os princí-

pios da linguagem, seria necessária uma análise do pensamento. Com uma exposição sistemática dos conteúdos de ensino de francês, estas obras construíram um modelo explicativo de funcionamento da língua francesa.

A importância do ensino de francês na formação cultural da nobreza não só francesa, mas de toda a Europa ocidental, é defendida como máxima em todas as obras aqui estudadas. Por ser esta a língua de acesso a alta cultura nomeada da época, a utilidade do ensino de francês como a língua do comércio e da diplomacia também são características que atendem às finalidades culturais propostas pelo seu ensino, assumindo com isso a representatividade cultural de uma prática condizente com os projetos de civilidade e modernidade apresentados no século da luzes.





REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Os Caminhos dos Livros**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ABREU, Ricardo do Nascimento. **Os Oficiais do Exército Brasileiro e a Formação da Elite Intelectual Sergipana no Século XIX (1822-1889)**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Sergipe - SE. Disponível em: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=es_ES&id=136. Acesso em: 01 jul. 2014.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BEM, Tomás Caetano do. **Memórias históricas, chronologicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal e suas Conquistas na Índia Oriental**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1792-1794.

BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro** (Volume 1: A - K). Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412> Acesso em: 22 jan. 2023.

BRUNOT, Ferdinand. **Histoire de la Langue française des Origines à 1900**. Tome VIII, 1re., 2ème. et 3ème. parties. Paris: Colin, 1934-1935.

CALVET, Louis-Jean. **La guerre des langues et les politiques linguistiques**. Paris: Hachette, 1999.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Impressão Régia**. Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2733>. Acesso em: 24 jan. 2015.

CARVALHO, Rómulo de. **História do ensino em Portugal**. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. **As humanidades no ensino**. Tradução: Circe Maria Fernandes Bittencourt. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170. 1999.

DIDEROT, Denis; ALEMBERT, Jean Le Rond d'. **Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers / par une Société de gens de lettres; mis en ordre et publié par M. Diderot, et quant à la partie mathématique, par M. d'Alembert**. Genève: Chez Pellet imprimeur-libraire, Tome Onzième, 1777. Disponível em: http://www.e-rara.ch/gep_r/content/pageview/9681009. Acesso em: 03 ago. 2014.

FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

FRYBA, Anne-Marguerite; ANTONELLI, Roberto; COLOMBAT, Bernard (éd.) A Grammatica franceza, ou arte para aprender o francez por meio do portuguez, regulada pelas notas e reflexoens da Academia de França: a primeira gramática setecentista da língua francesa em português. In: **Actes du XXVII Congrès international de linguistique et de philologie romanes** (Nancy, 15 - 20 juillet 2013). Section 15: Histoire de la linguistique et de la philologie. Nancy, 2016. ATILF.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti; GOMES, Maria Laura Magalhães; ANDRADE, Mirian Maria. A instrução pública na França revolucionária: considerações a partir do Essais Sur L'enseignement En Général Et Sur Celui Des Mathématiques En Particulier, de Sylvestre-François Lacroix. In: **História da Educação** (Online). Porto Alegre, v. 17, n. 39, jan./abr., p. 129-151. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v17n39/a08v17n39.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2014.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. Sua história. São Paulo: EDUSP, 2. Ed., 2005.

HAZARD, Paul. **Crise da consciência europeia**. Tradução: Oscar de Freitas Lopes. Lisboa: Cosmos, 1971.

HOEFER, Ferdinand. **Nouvelle biographie générale**. Paris: Firmin-Didot, 1862.

HOHLFELDT, Antonio. O projeto da Enciclopédia e seus desdobramentos sobre a liberdade de imprensa. In: **O Século das Luzes: Uma herança para todos**. Porto Alegre: Tomo Editorial/ Editora Movimento, 2009.

MACHADO, Álvaro Manuel de. **O “francesismo” na literatura portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação, 1984.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1996.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Marquês de Pombal e o Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Duas Cartas de Luís Antonio Verney: o Verdadeiro Método de Estudar e a reforma pombalina. In: **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EDUFAL, 1 ed., 2010. p. 147-164.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. A Instrução Militar e o Ensino de Inglês no Brasil (1761-1832). In: **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 4, p. 59-72 jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. A instituição do ensino das Línguas Vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890). 2006. 378 f. **Tese** (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - SP. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2255. Acesso em: 05 jun. 2014.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **O Mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)**. Lisboa: Gradiva, 2014a.

OLIVEIRA, Kate Constantino Pinheiro de Andrade. A institucionalização do ensino de francês no Brasil: o caso da Academia Real Militar do Rio de Janeiro (1810-1832). 2016. 110 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – SE. 2016. Disponível em: <http://openrit.grupotiradentes.com:8080/xmlui/handle/set/2562>. Acesso em: 15 jan. 2022.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**. Prefácio: José Eduardo Franco. Aracaju: Criação Editora, 2 ed. Revista e Ampliada, 2022. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/a-legislacao-pombalina-sobre-o-ensino-de-linguas-suas-implicacoes-na-educacao-brasileira1757-1827/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PEREIRA, Marcio Rodrigues. La politique culturelle française du Brésil de 1945 à 1970 : institutions, acteurs, moyens et enjeux. **Tese**. (Doutorado em História). 687 f. Université de Strasbourg, 2014. Disponível em: https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01068703/file/Rodrigues-Pereira_Marcio_2014_ED519.pdf . Acesso em: 20 set. 2021.

SALEMA, Maria José Salema. Manuais para o ensino/aprendizagem do Francês de 1732 a 1890. In: **FORUM 28**, Jul.-Dez. 2000, p. 71-112.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Porto: Domingos Barreira, 19--.

SILVA, Lourenço Fernandes Neto. O método de Condillac como técnica simbólica. 2021. 342f. **Tese** (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia. USP. São Paulo, 2021.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Bahia, a corte da América**. Coleção Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

SISSON, Sebastião Augusto (ed.). **Galeria dos brasileiros ilustres**. 2 v. Brasília: Senado Federal, 1999.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. História da engenharia no Brasil. O início do ensino da engenharia: a Academia Real Militar; a Escola Central. In: **Boletim da Sociedade Brasileira de Cartografia**, n. 50, p. 3-21, jan. 2003. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/boletim/Boletim50.pdf>. Acesso em: 09 set. 2014.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro método de estudar**. Valença: Na Oficina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: <http://purl.pt/118>. Acesso em: 30 ago. 2014.

DOCUMENTOS OFICIAIS:

BRASIL (1891). Carta de Lei de 4 de Dezembro de 1810 – Crêa uma Academia Real Militar na Côrte e Cidade do Rio de Janeiro. **Coleção De Leis Do Império Do Brasil de 1810**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 1, 1891, p. 232. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/antioresa1824/cartadelei-40009-4-dezembro-1810-571420-publicacaooriginal-94538-pe.html>. Acesso em: 24 out. 2014.

PORTUGAL (1830). Carta de Lei com os Estatutos do Real Collegio dos Nobres. Desde a última compilação das ordenações, redigida pelo desembargador Antônio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. **Collecção Da Legislação Portugueza**. Lisboa: Na Typografia Maignrense. Anno 1830. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=SF9FAAAACAAJ&hl=pt-BR&pg=PP11#v=thumbnail&q&f=true>. Acesso em: 13 set. 2014.

COMPÊNDIOS DE FRANCÊS:

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. **Principe Généraux de Grammaire Pour Toutes Les Langues: Avec Leur Application Particulière à La Langue Française**. Paris: Chez A. J. Du cour Libraire, 1798. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb30126551p>. Acesso em 27 jul. 2015. Acesso em: 15 jun. 2015.

GINIÃO, António. **Novo, e Facillimo Methodo de Grammatica Franceza, e Portuguesa, Recopilado dos Melhores Authores, que Escreverão Artes, e Orthographisa, De La Rue, Restaut, e Galmace, La Touche, Desmarais, e do Tratado da Orthographia Franceza, ... Ordenado Por Hum Gênio Amante, dos Progressos dos Estudiosos Deste Idioma**. Trevoux: Off. De António Ginião, 1766.

LA TOUCHE, Pierre de. **L'art De Bien Parler François**. Amsterdam: Chez Henri Desbordes, 1630. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb37228251g>. Acesso em: 23 març. 2015.

LIMA, Luiz Caetano de. **Grammatica Franceza, ou Arte Para Aprender O Francez Por Meio Da Língua Portugueza, Regulada Pelas Notas e Refflexoes da Academia de França**. Lisboa: Joseph da Costa Coimbra, 1756. Disponível em: <http://books.google.com/>. Acesso em: 13 abr. 2015.

VAUGELAS, Claude Favre de. **Remarqves Svr la Langve Française Vtiles a Cevx Qvi Vevlent Bien Parler Et Bien Ecrire**. Paris: Pierre Le Petit, Imprimeur&Libraire ordinaire Du Roy, 1647.

O tema central desta obra nasceu entre os anos de 2014 e 2016 quando a autora realizou seu mestrado em Educação, na Universidade Tiradentes, em Sergipe, sobre o Brasil Colônia e o francês como matéria de estudo. Como compreender o ensino de francês no país sem passar por reflexões e ponderações alicerçadas na história do ensino de línguas, na história do Brasil Colônia, de maneira tão competente, tais como as que foram realizadas por Kate Constantino Oliveira? Obra cuja leitura flui e nos envolve e que se torna fundante para os profissionais do ensino de francês, bacharéis, licenciados, pesquisadores e estudiosos, bem como para aqueles curiosos em entender a história educacional de nosso país e de Portugal. A representação da língua francesa como um idioma elitista, acessível para poucos privilegiados, perfumados, embelezados de maneira luxuosa ainda persiste em alguns *slogans* de cursos livres e de indivíduos que buscam em plataformas de redes sociais monetizar este “francesinho”: um idioma que se viu presente nas cortes e em diversos países em uma Europa que se intitulava como “universal”.

A obra *De língua da corte a matéria de estudo - a institucionalização do ensino de francês no Brasil*, de Kate Constantino Oliveira, coloca luz neste contexto ao analisar os caminhos

percorridos em projetos de instrução militar na França, em Portugal e no Brasil, reflexos de um movimento iluminista e de uma língua que se fez universal em séculos passados. Ao trazer a institucionalização do ensino do francês no Brasil, Kate Constantino Oliveira, docente com os pés no chão da escola e com a cabeça nas nuvens para realizar trocas e partilhas de suas pesquisas e estudos entre seus pares, nos situa a língua francesa como uma matéria, uma prática social que se iniciou no Brasil Colônia por meio da Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810.

O docente de língua francesa na contemporaneidade no Brasil necessita voltar seu olhar para o passado. É este recuo e rememoração propostos pela autora, realizados de maneira criteriosa, entrelaçados de traduções de citações de estudiosos do campo, torna-se uma leitura-passeio ao longo do tempo, que nos faz compreender o presente, a fim de nos qualificar como profissionais na área do ensino de línguas e da história do Brasil Colônia. Boa leitura!

Denise Gisele de Britto Damasco

Professora Adjunta no
Departamento de Línguas
Estrangeiras e Tradução do Instituto
de Letras da Unb.

Docente de português e de francês de formação, a autora desta obra, Kate Constantino Oliveira, é doutora em Educação, Conhecimento e Cultura pela Universidade Federal de Sergipe, e tem voltado seu olhar para a história do ensino de línguas, para a história em si e para a historiografia educacional do Brasil. Com passagem pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, aprofundou-se nas culturas lusófona e europeia. Atualmente, leciona em uma escola



pública da rede de ensino de Sergipe, local com 40% de seus estudantes com deficiências múltiplas. Entre a língua portuguesa e a língua francesa, Kate Constantino Oliveira, apoia os docentes de língua francesa como Segunda Secretária da gestão de 2021/2023 da Associação da Francofonia de Sergipe - AFRASE. A autora é um retrato da situação do docente de Letras, docente comprometida, engajada e competente, com experiência no ensino de língua francesa, mas que leciona português na medida em que o francês não se encontra na grade curricular de seu estado.

ISBN 978-858413488-5



9

788584

134885